



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFAM: A
TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DO CURRÍCULO DE 2009**

Acadêmica Voluntária: Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa

MANAUS
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0034/2014

**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFAM: A
TRAJETÓRIA DOS EGRESSOS DO CURRÍCULO DE 2009**

Acadêmica Voluntária: Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa

Orientadora: Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade

MANAUS

2015

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Departamento de Serviço Social e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Se o homem trabalha apenas para si mesmo, poderá talvez tornar-se um célebre erudito, um grande sábio ou um excelente poeta, mas nunca será um homem completo, verdadeiramente grande [...]. Se escolhermos uma profissão em que possamos trabalhar ao máximo pela humanidade [...] não fruiremos uma alegria pobre, limitada, egoísta, mas a nossa felicidade pertencerá a milhões [de pessoas] (Karl Marx).

RESUMO

Este relatório é resultado final do projeto desenvolvido no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, que teve por objetivo avaliar a formação que tem sido realizada através do currículo de 2009 e quais os resultados profissionais proporcionados. Tal currículo foi elaborado para atender o curso noturno de serviço social criado através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mas, por um equívoco, passou a ser o mesmo para o turno vespertino. Desde a sua implementação, foram formadas duas turmas e se fez necessário conhecer as potencialidades e os limites presentes na formação. Para sua consecução, recorreremos à pesquisa bibliográfica, à produção de textos sobre as categorias analíticas fundamentais ao projeto, à revisão dos instrumentais de pesquisa e à realização da pesquisa de campo propriamente dita. Esta última consistiu em entrevistas e aplicação de formulários aos egressos selecionados por meio de sorteio, o que demandou a assinatura do Termo de Consentimento pelos participantes. As entrevistas estruturadas foram conduzidas por um formulário com perguntas abertas e fechadas. Através das falas dos egressos, pode ser observado que o curso possui muitos pontos positivos, como a permissão do ganho da perspectiva crítica sobre a realidade social, que é adquirida através da abordagem crítico-dialética, o empenho dos professores efetivos do curso, as possibilidades de participar dos projetos de pesquisa e extensão, dentre outros. E como pontos negativos se sobressaíram a estrutura física da universidade, mais especificamente do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) – onde o curso de Serviço Social funciona, o número pequeno de professores efetivos, as poucas oportunidades para pesquisa e extensão, a falta de disciplinas que abordem os campos específicos de atuação do serviço social, a falta de material bibliográfico na biblioteca, entre outros. Assim, verificamos que a universidade precisa de maiores investimentos para melhorar o processo de realização da graduação e que o REUNI foi implantado sem todos os investimentos financeiros e pedagógicos necessários para que a formação fosse executada com maior sucesso. No entanto, apesar de todas as limitações que a formação enfrenta, pudemos identificar que é reconhecida como satisfatória pelos egressos.

Palavras-chave: UFAM, Formação Profissional, Serviço Social.

ABSTRACT

This report is the end result of the project developed in the course of Social Work of the Federal University of Amazonas, which aimed to evaluate the training that has been conducted through the 2009 curriculum and which provided professional results. This curriculum is designed to meet the night course in Social Work created through the Programme of Restructuring and Expansion of Federal Universities (REUNI), but for a mistake, happened to be the same for the afternoon shift. Since its implementation, they were formed two groups and it was necessary to know the potential and limitations present in the formation. To achieve it, we turn to literature, the production of texts on the fundamental analytical categories to design, review of research instruments and conducting the field research itself. The latter consisted of interviews and application forms to graduates selected by lot, which required the signing of the consent form by the participants. Structured interviews were conducted by a form with open and closed questions. Through the speeches of the graduates can be seen that the course has many positive points, such as the permission of the gain critical perspective on social reality, which is gained through the critical-dialectical approach, the commitment of effective teachers of the course, the possibilities to participate in research and extension projects, among others. And as negatives stood out the physical structure of the university, specifically the Institute of Human Sciences and Letters (IHSL) - where the Social Work course work, the small number of effective teachers, few opportunities for research and extension, the lack disciplines that address the specific fields of social work activities, lack of library materials in the library, among others. Thus, we find that the university needs greater investment to improve the process of accomplishment of graduation and the REUNI was implemented without all financial and educational investment needed for the training to be performed with greater success. However, despite all the limitations that the training faces, we could identify who is recognized as satisfactory by the students.

Keywords: UFAM, Professional Qualification, Social Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Aspectos positivos da formação na UFAM de acordo com egressos	46
Quadro 2	Aspectos frágeis da formação, segundo os egressos.	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Autoavaliação dos egressos – 1ª parte	58
Gráfico 2	Autoavaliação dos egressos – 2ª parte	60
Gráfico 3	Autoavaliação dos egressos – 3ª parte	63
Gráfico 4	Áreas em que os egressos estagiaram	64
Gráfico 5	Aprovação dos egressos em concursos públicos	67
Gráfico 6	Programas de pós-graduação em que os egressos estão inseridos	69

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FDT	Fundação Doutor Thomas
FHTMSS	Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social
FTMSS	Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social
HUGV	Hospital Universitário Getúlio Vargas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IMPLURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRODAM	Processamentos de Dados do Amazonas
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SEC-AM	Secretaria Estadual de Cultura do Amazonas
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUSAM	Superintendência de Saúde do Amazonas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TJ-AM	Tribunal de Justiça do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	10
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO.....	12
2.1.1 Serviço Social no Brasil: emergência e reconceituação.....	12
2.1.2 Formação em Serviço Social: novos caminhos.....	14
2.1.3 O Serviço Social no Amazonas e a formação conduzida pela UFAM.....	17
2.2. FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.....	19
2.2.1 Teoria e Prática profissionais.....	19
2.2.2 Serviço Social e Instrumentalidade.....	23
2.2.3 A necessidade do tripé ensino-pesquisa-extensão para a formação profissional.....	27
2.3. MATRIZ CURRICULAR E MERCADO DE TRABALHO.....	30
2.3.1 O currículo no processo de formação profissional.....	30
2.3.2 Currículo de Serviço Social: o desafio da formação profissional.....	33
2.3.3 Currículo e mercado de trabalho.....	36
III. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	41
IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	44
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
Agradecimentos.....	74
Referências.....	75
Anexos.....	78
a) Parecer do Consubstanciado do Comitê de Ética.....	79
Apêndices.....	80
a) Formulário aplicado aos alunos.....	81
b) Termo de consentimento livre e esclarecido.....	84

I. INTRODUÇÃO

A formação profissional deve ser um processo dinâmico, não limitado a uma sala de aula nem restrito apenas a teorias. Espera-se que da relação entre professor e aluno resultem novos conhecimentos capazes de enriquecer os perfis de ambas as partes e que a relação entre teoria e prática oriente a formação e o exercício profissional.

A formação em Serviço Social, além de propor estes objetivos, é realizada com a busca da construção de um profissional conhecedor do desenvolvimento da sociedade e das relações sociais do sistema econômico capitalista para, além de formar um profissional apto para lidar com as demandas sociais, permitir o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a sociedade.

Então, para que o projeto de formação profissional de Serviço Social atenda aos objetivos da profissão e alcance os resultados buscados, é necessário que a matriz curricular seja composta por disciplinas que forneçam diversidade teórica e prática, além do exercício de pesquisas, estágio, atividades complementares, requisitos essenciais para a formação. E Yamamoto (2006) nos apresenta que é importante que sejam feitas revisões curriculares para verificar se os conteúdos abordados continuam atendendo, com o passar do tempo, às expectativas da profissão, considerando que a formação e o exercício profissional têm de se renovar de acordo com as transformações da sociedade.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ao longo de sua trajetória, passou por várias mudanças em seu projeto de formação profissional. A partir do momento em que o curso incorporou as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), passaram a ser feitas revisões curriculares para ser verificado se os conteúdos atendem às exigências postas para a construção de um perfil profissional com ponto de vista crítico e apto para lidar com as demandas sociais, considerando que a formação e a prática profissionais devam se desenvolver de acordo com as transformações que ocorrem na sociedade.

A matriz curricular atual foi criada no ano de 2009 para atender o curso noturno de Serviço Social implantado, neste mesmo ano, pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Departamento de Serviço Social, que já ofertava o curso vespertino com o número de 56 alunos ingressantes por ano, também passou a receber por ano 42 alunos no turno noturno. O novo currículo, então, tornou-se o mesmo para os dois turnos, passando a ser composto por oito períodos e não mais por nove como era no currículo anterior – o de 2001. Porém, o currículo atual não foi resultado de uma revisão curricular.

Então, considerando que existia a necessidade de verificar como vem sendo o desenvolvimento da atual formação, junto aos fatos de que duas turmas tinham concluído a graduação através deste currículo e não havia sido realizado um estudo aprofundado para serem conhecidos os resultados da formação realizada através do currículo de 2009, surgiu, para a pesquisadora responsável, docente do curso de Serviço Social, e para a pesquisadora auxiliar que se encontra na condição de discente do mesmo curso, o interesse em realizar a pesquisa que proporcionou as respostas para os questionamentos surgidos, bem como poderá contribuir no processo de revisão curricular e monitoramento da formação profissional na UFAM.

Com esta pesquisa, identificamos que o REUNI foi mais bem sucedido na sua idealização do que na sua implantação, pelo menos para o curso de Serviço Social da UFAM, pois, por conta da falta de maiores investimentos, o quadro docente efetivo encontra-se pequeno, sendo apresentada a necessidade de mais concursos. Conseqüentemente, a pouca quantidade de professores efetivos e a sobrecarga dos que já compõem o colegiado do curso implica nas poucas oportunidades para pesquisa e extensão, assim como também a estrutura da universidade que precisa de mais investimentos. Porém, foi satisfatório perceber que os egressos possuem segurança a respeito da formação que tiveram, considerando-a bastante enriquecedora, junto ao reconhecimento da ótima qualificação do corpo docente, dentre outros pontos positivos que são apresentados nos resultados desta pesquisa. Então, podemos afirmar que a formação é permeada por vários obstáculos, mas consegue formar profissionais condizentes com o projeto profissional do Serviço Social, sendo necessário, apenas, rever alguns pontos para que o sucesso da formação seja maior.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO

2.1.1 Serviço Social no Brasil: emergência e reconceitualização

De acordo com Silva (2009), o Serviço Social surge no Brasil como um dos instrumentos do Estado para atender e controlar as demandas da classe trabalhadora do modelo urbano-industrial, sendo objetivo do Estado manter a reprodução do processo de desenvolvimento capitalista no país e amenizar o conflito entre as classes.

A primeira escola de Serviço Social no Brasil surge em 1936, em São Paulo, e, em seguida, no Rio de Janeiro. A formação era de caráter doutrinário e religioso, direcionada para o atendimento à pobreza e orientação do indivíduo. Neste momento, os objetivos da profissão caminhavam em harmonia com os objetivos institucionais, mantendo os interesses do capital.

A partir do Estado Novo (1937-1945), passou a ser atendida grande parte das reivindicações da classe trabalhadora para que, ao mesmo tempo em que a ‘beneficiasse’, o Estado pudesse controlá-la através das instituições assistenciais e previdenciárias, originadas neste período, que estão relacionadas com os setores dominantes.

Com a criação destas instituições, o Serviço Social passa a ser uma profissão institucionalizada e assalariada, deixando de exercer sua prática através da igreja católica e suas obras caritativas que caracterizavam a profissão até então.

O Serviço Social continua a atender os pobres e necessitados, porém não mais através de caridade, e, junto a estes, passa também a ser público-alvo da profissão a nova classe de trabalhadores urbanos. O atendimento passa a ser executado através das políticas sociais do Estado e setores empresariais como forma de tornar menos aparentes as expressões da questão social.

Netto (2005) ressalta que o Serviço Social não está relacionado aos setores empresariais apenas pelo crescimento industrial, mas também pela direção sociopolítica em que ele está envolvido, fazendo com que seja necessária a ação junto ao processo de trabalho e campos de produção.

O referido autor sinaliza que os acontecimentos do período da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil e o objetivo que direcionava o exercício da política social impuseram para a prática do Serviço Social a necessidade de atualizar a profissão. Ele afirma que, com as

novas demandas que surgiram, foram colocadas novas exigências para a atuação profissional fazendo com que fosse requisitado um novo perfil profissional, sendo exigido que fossem deixadas de lado as características “tradicionais” da profissão e substituídas por procedimentos “racionais”.

É, então, no contexto histórico da ditadura militar que surge a necessidade de renovação da profissão, dando início ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social, implicando, conseqüentemente, na reformulação da formação em Serviço Social que vai em

[...] busca da eficiência e da modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e a administração passam a desempenhar papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais (SILVA E SILVA, 2009, p. 34).

Os debates do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro tiveram três direções. Segundo Netto (2005), a primeira foi a perspectiva modernizadora, entre as décadas de 60 e 70, que veio para adequar a profissão para a atuação junto às novas demandas do Estado em período de ditadura militar, com intuito de intervir nas expressões da questão social reconfigurada pelo sistema capitalista. Os documentos que reúnem as grandes discussões deste momento são os dos seminários de Araxá e Teresópolis. Porém, no final da década de 70 a perspectiva modernizadora enfraqueceu, pois o modelo econômico desenvolvido pelos militares no qual ela era embasada estava em decadência, assim, foi aberto espaço para a chegada da segunda direção – a perspectiva de reatualização do conservadorismo.

A reatualização do conservadorismo teve como principais características a compreensão do Serviço Social como intervenção psicossocial, passou a ser utilizado o diálogo como instrumental de trabalho, a fenomenologia também foi aderida como direcionamento para o olhar profissional, junto a isto, passaram a ser criticados e debatidos o conservadorismo e o pensamento católico.

O referido autor afirma que a reatualização do conservadorismo teve suas discussões iniciadas nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, sendo primeiramente apresentadas na tese de livre docência de Anna Augusta de Almeida, em 1978. Neste início de abordagem sobre esta perspectiva, foram apresentadas propostas que melhorassem e alterassem determinados aspectos presentes na teoria e na prática do Serviço Social, bem como para o

ensino da graduação, pós-graduação, atualização da atuação dos assistentes sociais, etc. Esta perspectiva surgiu sem fazer com que essência da profissão se perdesse, não tendo como foco erradicar os eixos conservadores, mas sim explorar, melhorar os pontos fracos da profissão, para atualizar a profissão às novas expressões da questão social, para que novas ideologias e objetivos surgissem a partir dos debates.

A terceira direção foi a “intenção de ruptura” que se deu na busca pelo rompimento com o tradicionalismo do Serviço Social e “com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2006, p. 159).

Nesta direção foi iniciada a trajetória com o método de Marx e as influências de autores marxistas (Gramsci, Lukács, dentre outros) por ser entendido que é o que mais se adéqua à interpretação da realidade social, permitindo a obtenção de uma visão crítica que permita o entendimento da dinamicidade social junto à reprodução do sistema capitalista. Assim, a profissão passa a ter seus objetivos repensados e direcionados mais para os direitos sociais, bem como passa a ter características mais politizadas.

2.1.2 Formação em Serviço Social: novos caminhos

No que diz respeito ao processo de evolução no campo da formação profissional no Brasil, Iamamoto e Carvalho (2005) nos dizem que o primeiro curso de mestrado em Serviço Social foi criado em 1972 pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e, logo em seguida, o curso de mestrado na PUC de São Paulo. O primeiro curso de doutorado em Serviço Social surge em 1981 na PUC de São Paulo. E, em 1982, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconhece e institui o financiamento para pesquisa em Serviço Social, abrindo novos caminhos para o desenvolvimento da profissão. E Netto (2009) nos diz que foi a partir deste momento que se desencadeou na profissão a produção de novos conhecimentos, permitindo um acúmulo teórico mais relacionado às ciências sociais e à teoria marxista aderida nos momentos finais do movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro.

As concepções de Marx e Gramsci influenciaram na construção do código de Ética de 1986 que embasava a prática profissional. Porém, a crise econômica situada no período da

Nova República, a falta de atenção às políticas sociais e as lutas contínuas da classe trabalhadora mostraram a necessidade de um aprimoramento no código. Assim, foi formulado o Código de Ética de 1993, sendo mantidos os avanços que estavam no código anterior.

No mesmo ano da aprovação do Código de Ética foi aprovada a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social e define os critérios para o exercício da profissão, as atividades pertencentes a ela, etc.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aprovou em 1996, em uma assembleia geral realizada no Rio de Janeiro, uma nova proposta de currículo mínimo. E, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação neste mesmo ano, foi possível a normatização das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.

Passam, então, segundo Iamamoto (2006), a nortear o projeto de formação profissional dos assistentes sociais o Código de Ética de 1993, a Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e as Diretrizes Gerais de formação profissional.

A ABEPSS (1996), com base no novo currículo mínimo de 1996 e após vários debates sobre a formação em Serviço Social, passa a propor diretrizes gerais para o projeto de formação, definindo, então, que o que orienta o projeto de formação profissional é a relação que o Serviço Social possui com a questão social, relação esta originada no decorrer do desenvolvimento social e econômico da sociedade e no processo de estudo e enfrentamento que a profissão faz sobre ela.

Os princípios que baseiam a profissão propõem que o currículo seja dinâmico, apresentando abordagem teórica, histórica e metodológica sobre o Serviço Social e a realidade social, possibilitando o conhecimento sobre os desafios e problemas relacionados à profissão. Que seja adotada e repassada uma teoria social crítica, que os conteúdos não sejam subdivididos, que sejam definidos os campos investigativos e interventivos da profissão. É definido, também, que o padrão de qualidade seja o mesmo para cursos diurnos e noturnos e que a duração das aulas seja de quatro horas diárias. Devem ser preservados a interdisciplinaridade em todo o processo de formação, o pluralismo como parte constituinte da formação, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, a relação entre estágio e supervisão acadêmica e profissional e a abordagem da ética profissional como parte essencial da formação.

De acordo com a ABEPSS (1996), as diretrizes curriculares da formação em Serviço Social são definidas pelo conjunto de princípios citado acima, e resultam em um amplo conhecimento crítico de todo o processo histórico da sociedade; capacita o profissional para uma investigação sobre a construção da história e dos processos sociais atuais que formam a

sociedade brasileira, procurando entender a formação e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; propõe o entendimento do significado social da profissão, incitando a procura por novas possibilidades de ação; permite uma compreensão sobre as demandas existentes e futuras que são postas para a profissão com objetivo de fazer com que o profissional se empenhe em achar propostas que fortaleçam o enfrentamento da questão social, considerando a atual relação entre setores público e privado; e, por fim, capacita o profissional a atuar de acordo com as competências e atribuições definidas na legislação da profissão.

De acordo com Iamamoto (2006), o currículo de Serviço Social é estruturado a partir de três núcleos temáticos indissociáveis, que se complementam e relacionam os conhecimentos e habilidades necessários para uma formação de qualidade dos assistentes sociais.

O primeiro núcleo é o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, e aponta que o Assistente Social precisa dominar um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para compreender o ser social e a vida em sociedade, analisando o desenvolvimento da vida social na sociedade burguesa.

O segundo núcleo é o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira e se refere ao conhecimento da formação e desenvolvimento da área econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, a relação entre Estado e sociedade, o tratamento das políticas públicas, o desenvolvimento do processo capitalista, a análise da questão social e suas origens, entre outros.

O terceiro núcleo é o de Fundamentos do Trabalho Profissional e é composto pela abordagem da trajetória histórica, teórica, metodológica e profissional do Serviço Social, a abordagem da ética da profissão, etc., para que situe e capacite o profissional em formação.

A construção da matriz curricular, de acordo com a ABEPSS, se dá através de disciplinas; seminários temáticos (aprofundamento em temas, buscando desenvolver a problematização e o estímulo da criatividade); oficinas e laboratórios; atividades complementares (participação em pesquisa e extensão, congressos, encontros, etc.).

As matérias básicas que devem compor o currículo são: Sociologia, Ciência política, Economia política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito (estruturação e desenvolvimento dos direitos sociais), Política social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho no Serviço Social, Pesquisa e Ética Profissional. O

Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são caracterizados como atividades integradoras e indispensáveis.

O Ministério da Educação (MEC) tornou público um conjunto de diretrizes básicas para guiar o projeto de diretrizes curriculares da formação em Serviço Social. Definindo apenas que a formação deve desenvolver o perfil dos graduandos, as competências e habilidades requeridas pela profissão, que as diretrizes devem apresentar a forma em que o curso se organiza, definir os conteúdos curriculares, como serão estruturados o estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as atividades complementares definidas. Define também que a carga horária do curso deverá estar de acordo com o definido na lei que normatiza o curso de bacharelado.

2.1.3 O Serviço Social no Amazonas e a formação conduzida pela UFAM

O Serviço Social chega ao Amazonas através da iniciativa do juiz de menores André Vidal de Araújo. Além de ser juiz tutelar, ele se focava em estudos sociológicos e antropológicos, pertencia a um grupo católico de estudos sociais, e preocupava-se com os problemas sociais do Amazonas. E a ele foi dada a responsabilidade de organizar a Assistência Social no Amazonas. Assim, após ter participado do Primeiro Congresso Brasileiro de Direitos Sociais, em 1941, e ter contato com a Escola de Serviço Social de São Paulo, André Araújo iniciou o projeto de organização da Assistência Social no Amazonas.

Para isto, foi criada a Escola de Serviço Social de Manaus, fundada oficialmente em 15 de janeiro de 1941, com objetivo de formar profissionais que pudessem atuar na sociedade “realinhando os indivíduos” e trazendo-os de volta “à vida normal em sociedade”. A profissão, então, tendo apoio do Estado, alcançaria a erradicação dos males sociais.

Aqui, podemos ver que, assim como nas outras cidades brasileiras, o Serviço Social surge com embasamentos religiosos e considerações conservadoras, sendo possível ressaltar que para André Araújo os “problemas sociais” existiam por conta das ideias contrárias que as pessoas tinham à fé religiosa. Assim,

Objetivando a formação de pessoal especializado, [ele] propôs a criação de uma escola de Serviço Social nos moldes da de São Paulo. Como todas as escolas iniciadas na década de 30, a Escola de Manaus seguiu inicialmente em termos

ideológicos, metodológicos e curriculares, o modelo das duas primeiras Escolas do Brasil que daria aos alunos os conhecimentos teóricos e técnicos necessários ao exercício da profissão. Nas suas bases ideológicas e na organização, a Escola de Serviço Social de Manaus seguiu o modelo vigente em São Paulo que tinha por fundamentos as escolas francesas e belgas (SILVA, 1995, p. 53).

Porém, Silva (1995) afirma que foram feitos ajustes no projeto de formação do curso de Manaus para que a realidade local também fosse estudada. Vimos, então, que a profissão surge no Amazonas com influências religiosas e caritativas.

A formação passa a ser realizada pela UFAM no ano de 1965, nomeada como Curso de Serviço Social, possuindo departamento específico na universidade. A partir do momento em que se tornou curso universitário, o Serviço Social passou a receber melhorias no decorrer de sua trajetória e também acompanhou as transformações que a profissão recebeu no Brasil. Quando a formação profissional da UFAM incorporou as diretrizes curriculares nacionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), antiga ABESS, os currículos passaram a ser revistos.

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFAM (2009), vimos que a primeira reforma curricular ocorreu no ano de 1974 e foi fixado o currículo pleno do curso, sendo definido que a duração mínima seria de três anos e máxima de cinco anos, devendo ser obtido o total de 167 créditos. Este currículo possuía dois ciclos, um era o básico que era composto pelas disciplinas que permitem o entendimento sobre os vários âmbitos da sociedade, que são: Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Teoria do Serviço Social. O segundo ciclo, denominado Ciclo Profissional, era composto pelas disciplinas Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, Política Social, Ética Profissional e o Estágio. Nesse Ciclo, também tinham as disciplinas complementares obrigatórias: Línguas Portuguesa e Estrangeira, Estudo de Problemas Brasileiros, Prática Desportiva I e II, Introdução à Filosofia e Metodologia do Estudo.

A segunda mudança curricular originou o currículo de 1979 que teve definido como obrigatoriedade 169 créditos, distribuídos em 2.730 horas-aula, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos letivos. Neste, as novidades eram: a obrigatoriedade de cursar 31 créditos optativos; obrigatoriedade de cursar dois créditos em Educação Física, com 60 horas-aula; obrigatoriedade de cursar Estudo de Problemas Brasileiros com 30 horas-aula.

A terceira reforma curricular do curso de Serviço Social da UFAM deu vida ao currículo de 1982 e determinou a obrigatoriedade do estágio supervisionado e fixou em 2.700 horas a integralização do curso, com duração mínima de três anos e máxima de sete anos.

O currículo de 1985 foi originado pela quarta revisão curricular pela qual a formação passou, e fixou o Currículo Pleno de Serviço Social em 197 créditos distribuídos em 3.240 horas-aula ministradas em oito períodos letivos. A partir deste projeto de formação passam a ser trabalhadas no discente a sensibilização para a questão social, bem como a relação e desenvolvimento da profissão junto a ela. A pesquisa também integra a formação, permitindo ao aluno maiores reflexões teórico-práticas e possibilitando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O Estágio Supervisionado passa a ser direcionado por uma Política Nacional de Estágio e permite uma maior articulação de todas as disciplinas da formação, obrigatórias e optativas. A partir das possibilidades de iniciação científica os discentes também passam a serem vinculados aos campos da cientificidade, podendo alcançar com mais sucesso a criticidade. A formação passa a ser realizada de modo que desenvolva um perfil profissional que saiba lidar com as expressões da questão social, a partir do direcionamento crítico-dialético, livrando-se das características religiosas e caritativas.

A quinta revisão curricular deu origem ao currículo de 2001, que seguiu com os avanços do currículo anterior, trazendo como novidade a fixação do Currículo Pleno de Serviço Social em 196 créditos distribuídos em 3.165 horas-aula ministradas em nove períodos letivos, ou seja, um período a mais do que o de 1985.

No ano de 2009 foi criado o currículo atual para que fossem atendidas as demandas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A partir disto, foi criado o Curso de Serviço Social Noturno juntamente com outros cursos que não existiam na UFAM, visando ampliar o acesso de alunos que não podiam estudar no período diurno, assim, o curso de Serviço Social tem sido oferecido nos turnos vespertino e noturno, tendo a diferença de um período a menos do que currículo anterior.

2.2. FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

2.2.1 Teoria e Prática profissionais

Abordando sobre formação profissional em serviço social, Silva (1995) nos assinala que a formação é um processo dinâmico e contínuo, que não se limita a um simples processo acadêmico de graduação, que recebe influências das contradições impostas à profissão e exercício profissional na sociedade.

No entanto, concordando com Silva (2010) e Sá (1995), a autora ratifica que, ao mesmo tempo em que recebe influências, a formação possui caráter autônomo, possibilitando que sejam desenvolvidos questionamentos sobre a realidade e que sejam formadas novas teorias a partir da reprodução da ideologia dominante e as diversas linhas de pensamento abordadas durante o processo de formação profissional.

A possível troca de informações entre docente e discente permite que ocorra um aprendizado mútuo ao explorarem a relação entre teoria e prática, sendo possível definir a formação profissional como processo educativo que tem como referência a realidade.

Iamamoto (2006) nos apresenta que o objetivo do projeto profissional de formação é o de construir um profissional de visão ampla e crítica sobre a sociedade, capaz de lidar com a questão social e que esteja preparado e disposto para propor melhorias para o seu público-alvo, através da elaboração e execução de políticas sociais, de acordo com a ética profissional.

A referida autora continua atestando que deve ser atribuída à formação a contextualização dos acontecimentos da sociedade brasileira para que seja conhecido o desenvolvimento que ela tem. Devem ser apresentadas as particularidades do tempo atual, permitindo que sejam analisados os problemas relacionados à prática profissional e estimular a criação de propostas profissionais, visando melhorias para os indivíduos enquanto seres sociais, e enquanto seres explorados pelo mundo do trabalho. Possibilitar para o profissional em formação a capacidade de planejar e executar políticas públicas, dando-lhe competência para lidar com as expressões da questão social.

A formação teórica, segundo Iamamoto (2006), deve proporcionar para o profissional uma visão aberta, permitindo-lhe compreender a dinâmica das relações sociais. Deve ser desenvolvida no profissional a habilidade de propor estratégias e soluções e não apenas executar atividades burocráticas e rotineiras quando atuante em uma instituição, sendo possível negociar com as instituições em favor dos usuários do Serviço Social.

Santos (2006) nos apresenta que o Serviço Social vem recebendo três tendências no decorrer de seu desenvolvimento. A primeira é focada na parte técnica da profissão, como se esta fosse separada da teoria, fazendo com que a formação se limite à busca do atendimento das exigências do mercado de trabalho, colocando o risco de fazer com que a formação seja direcionada apenas pelos interesses do empregador e se distancie dos objetivos profissionais. Aqui, percebemos que há o perigo de a profissão se distanciar do projeto profissional e preparar apenas trabalhadores para o mercado de trabalho.

A segunda tendência é oposta a primeira e se nega a atender as exigências do mercado de trabalho. É focada nos eixos teórico-metodológicos e ético-políticos, deixando de

lado o eixo técnico-operativo – como se este não fosse necessário nas reflexões. Esta também apresenta riscos, pois pode estar formando profissionais que não consigam inserir-se no mercado de trabalho, sendo que, atualmente, o Serviço Social tem alcançado seus objetivos através da atuação institucionalizada.

A terceira tendência é a de a formação considerar as demandas do mercado de trabalho, indo além delas, articulando-as às metas da profissão e trazendo a elas as reflexões que permitem a melhor análise sobre a realidade social. Vemos, então, que esta tendência é a mais adequada, pois permite ao profissional a perspectiva crítica e o conhecimento necessário à atuação institucionalizada, fazendo com que, através do mercado de trabalho, a profissão tenha um maior contato com a realidade social e possibilidade de intervenção, além de articular as três dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa constituintes do Serviço Social.

Iamamoto (2006) continua nos falando sobre a importância da articulação entre a teoria e a prática na formação em Serviço Social, ressaltando a importância do estágio supervisionado para que seja possível que o discente articule melhor a teoria aprendida, sendo possível que analise e entenda, através da visão crítica adquirida, o seu ‘objeto de investigação e intervenção’.

Santos e Pini (2013) nos dizem que a partir do currículo mínimo de 1996, aprovado pela ABEPSS, a competência profissional em Serviço Social é teórica, política, ética e técnico-operativa. Assim, através do referencial teórico marxista, teoria e prática são vistas como unidade. As autoras nos fazem entender que o “ensino da prática” permeia toda a teoria da profissão, salientando que não existe um momento ou lugar específico para aprender a prática. Então, elas salientam que o estágio supervisionado não é o primeiro momento da formação que vai permitir o contato com a prática, ele é um espaço privilegiado que vai fazer com que o discente tenha uma maior articulação dos eixos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo estudados durante o processo de formação, permitindo também a identificação de um tema a ser pesquisado.

Com isto, vemos que entender o estágio como “ensino da prática” seria afirmar que as disciplinas e discussões conduzidas no espaço acadêmico não formam o profissional, pois defender esse ponto de vista seria acreditar que só se aprende a fazer fazendo. Obviamente, sabemos que não ocorre assim, pois, como as próprias autoras ressaltaram, o momento do estágio vai permitir a articulação dos três eixos do Serviço Social, fazendo com que, nesta etapa da formação, sejam utilizadas todas as reflexões anteriormente adquiridas e sejam idealizadas novas propostas de intervenção e novas reflexões para a profissão.

Faleiros (2006) nos apresenta que o objeto de intervenção do Serviço Social é a realidade social, composta pelas várias expressões da questão social originada pelo sistema capitalista. Junto a isto, o autor afirma que a atuação do Assistente Social tem a ver com as relações sociais existentes na sociedade, relações estas que podem ser familiares, de trabalho, de ensino/aprendizagem, etc., e o papel deste profissional é “trabalhar estratégias de intervenção nas diferentes trajetórias individuais e coletivas que se reproduzem nas relações sociais”.

O referido autor também assinala que a questão social não é objeto de estudo apenas do Serviço Social, visto que é originada pelo sistema econômico capitalista, então, se apresenta de forma muito ampla e suas faces também recebem intervenções de outras profissões. Porém, na particularidade do Serviço Social estão as análises e intervenções sobre as condições de vida e de trabalho que dizem respeito ao ‘reproduzir-se’ do homem, relacionadas à formação de identidade individual e coletiva que caracterizam o ‘representar-se’. Assim, o objeto de estudo da profissão permeia a teoria e a prática profissionais.

Silva (2010) aponta que a parte teórica do Serviço Social envolve ‘o que fazer’ e ‘como fazer’. Direciona o profissional em formação no processo de atualização profissional, permitindo-lhe adquirir visão ampla sobre o desenvolvimento da sociedade contemporânea, identificando as causas das interferências causadas na vida dos indivíduos. A teoria constrói possibilidades e direcionamentos para a prática, e deve ser ressaltado que a teoria não é um guia para a prática, um receituário, elas estão relacionadas e não subordinadas. Não se pode, portanto, dissociá-las.

No entanto, Montañó (2011) nos apresenta que existe uma predisposição entre os Assistentes Sociais a considerar apenas a parte técnica/prática da profissão, levando em conta as experiências provenientes dela e esquecendo-se de articulá-la com a teoria profissional. E, segundo o autor, isto acontece por conta de confundirem a prática profissional com a prática social. A primeira é realizada por demandas institucionais, com embasamento técnico-operativo e teórico-metodológico. A segunda é oriunda do senso comum, relacionada à alienação, à cultura dominante. Então, a confusão entre as duas, geralmente, torna a teoria reduzida à prática.

Vemos que é necessário quebrar a dicotomização teoria/prática que ainda se apresenta na postura de alguns profissionais do Serviço Social e relacioná-las cada vez mais para que sejam alcançados crescimentos profissionais, evitando o praticismo: prática sem teoria, pois, como o referido autor afirma, o profissional que se limita ao praticismo não consegue embasar sua atuação além daquilo que é aparente, superficial.

Pode ser considerado, então, que a teoria influencia a prática e vice-versa. Assim,

a construção teórica se verifica na [prática], não como uma proposição isolada, mas como um todo em transformação, onde a prática questiona a teoria e a transforma, bem como a teoria contribui para interpretar a realidade, norteando a prática. Constata-se, portanto, que a construção metodológica não está desvinculada da teoria, mas é vista como mediação da teoria e da prática, sendo condicionada aos objetivos propostos (SILVA E SILVA, 2009, p. 192).

Ao abordar mais profundamente sobre a teoria e a prática do Serviço Social, Santos (2006) nos faz entender que existe uma visão entre alguns profissionais de que a prática deve ser ensinada detalhadamente na teoria, através da matriz curricular da formação, porém a referida autora assinala, assim como os demais autores citados, que a teoria não é uma descrição de como deve ser a prática, as duas são indissociáveis por conta de uma trazer reflexões à outra, conseqüentemente, uma direcionando a outra. Ou seja, a teoria proporciona reflexões, embasamentos, e pode-se dizer até direcionamentos para a atuação profissional e a prática, quando orientada pelas direções da formação, implica em novas reflexões sobre os âmbitos teóricos e práticos da profissão.

A autora segue dizendo que se a ideia de que na prática a teoria é outra tem sido considerada por alguns profissionais, isto acontece por conta de estes não terem se apropriado devidamente do referencial teórico marxista, pois com as reflexões oriundas de tais abordagens é possível ter os direcionamentos necessários para a intervenção profissional. Com isto, entendemos que a formação profissional em Serviço Social tem o propósito de subsidiar futuras atuações e reflexões e não ensinar um passo a passo para a prática. A autora também ressalta que isto não impede que sejam feitas as reflexões e as discussões sobre a intervenção juntos aos instrumentais e técnicas, sendo estes debates muito importantes para dar continuidade sobre as análises teóricas e práticas da profissão.

2.2.2 Serviço Social e Instrumentalidade

Também abordando sobre a relação entre teoria e prática do serviço social, Pontes (2008) apresenta a inserção do debate sobre a mediação do serviço social, afirmando que tal discussão foi iniciada pelos intelectuais da profissão a partir do momento em que os

profissionais foram inseridos nas instituições, deixando de lado o discurso militante e anti-institucionalista que possuíam.

Foi sentida a necessidade de maiores discussões sobre o serviço social e sua prática quando, frente às mudanças que vinham ocorrendo na sociedade e o surgimento de novas demandas sociais, o campo teórico-metodológico da profissão passou a apresentar-se insuficiente e enfraquecido, não acompanhando as novas transformações sociais, assim como o significado da profissão e de sua prática naquele momento.

Foi então que o serviço social passou a amadurecer suas concepções dentro da tradição marxista, adquirindo, junto ao método crítico-dialético de Marx, posições e análises que permitam um melhor entendimento e atuação profissional sobre a sociedade, seu desenvolvimento e suas expressões da questão social. Tal método nos permite o entendimento de que os problemas sociais surgem a partir do processo capitalista de produção e ‘desenvolvimento’ que explora trabalhadores e enriquece a partir do trabalho deles, gerando uma grande desigualdade social, colocando-os em posição desfavorável em relação à classe burguesa - detentora dos meios de produção.

Então, a partir deste entendimento, o serviço social passa a propor sua mediação como viabilizadora dos direitos sociais da classe trabalhadora, visto que toda riqueza social é produzida por ela, sendo, então, de direito boas condições de vida e de trabalho.

Os debates realizados, além de refletirem novidades para a atuação profissional, passam a renovar a teoria do serviço social, visto que as duas caminham juntas e são indissociáveis. Então, o referido autor nos diz que as discussões seguiram três direções. Na primeira, foi colocado em questão o eixo teórico-metodológico com base nos autores marxistas (Gramsci, Lukács, Goldman e o próprio Marx), aprofundando o método dialético marxiano.

Na segunda, foi realizado um resgate histórico sobre a história da profissão e seu surgimento vinculado com as relações sociais no Brasil. A partir daqui, foram desencadeadas várias pesquisas e trabalhos relacionados ao tema. Na terceira direção, as discussões passaram a ser sobre a relação do serviço social com as políticas públicas vinculadas ao sistema capitalista e a prática profissional junto a elas, assim como discussões sobre o campo da assistência social ser ou não ser específico do serviço social, bem como debate sobre a instrumentalidade e prática da profissão.

Junto a isto, as necessidades e demandas sociais impuseram novas respostas para a prática, mostrando-se necessárias discussões sobre as mediações ontológicas que pautam o exercício profissional. Então, o debate sobre a mediação do serviço social se deu por objetivos

de tentar decodificar as demandas sociais, pautando uma atuação condizente com a realidade social.

Portanto, o objetivo das três direções tomadas era o de, a partir dos debates sobre o eixo teórico-metodológico, identificar e eliminar os reducionismos e simplificações identificadas. Resgatar a história da profissão e os determinantes do seu nascimento e entender a construção de sua prática e sua inserção no campo sócio-ocupacional.

Tal processo foi necessário, pois como afirma Silva (2009), o estudo sobre o eixo teórico-metodológico da profissão é de total importância para a qualificação profissional, pois além de possibilitar inovações para a teoria, implica em inovações para a prática profissional.

Pontes (2008) nos apresenta a mediação como necessária para uma boa articulação das figuras sociais no processo histórico da sociedade, e é a mediação pautada no entendimento ontológico que vai permitir uma prática coerente com a dinâmica da sociedade.

A mediação do serviço social traz avanços desde a prática e a formação, a partir das análises dos intelectuais, até a prática profissional institucionalizada. É a partir de uma visibilidade concreta de todas as particularidades da sociedade que se pode propor uma intervenção eficiente.

Ao falar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, Guerra (2000) nos apresenta que esta não é algo exclusivamente referente aos instrumentais técnicos utilizados pelos profissionais, mas sim uma “capacidade constitutiva da profissão construída e reconstruída no processo sócio-histórico”. Tal capacidade, segundo a autora, é adquirida no exercício profissional.

A instrumentalidade do Serviço Social se caracteriza e se modifica na medida em que são alteradas as condições, os meios e os instrumentos para atender a dinamicidade das demandas profissionais, ao mesmo tempo em que os profissionais vão reformulando suas práticas para exercer os objetivos da profissão.

A autora citada nos faz entender que a instrumentalidade está inserida no mundo do trabalho, pois o homem vai criando transformações a fim de atender suas necessidades materiais e intelectuais e, conseqüentemente, causando transformações na sociedade. Ao realizar todo o processo de transformação da natureza (trabalho) para o alcance de suas finalidades, os homens também se transformam. Realizando construções e transformações materiais e espirituais, desenvolvendo a *práxis*.

A referida autora afirma que a necessidade social de uma profissão surge das necessidades sociais. Assim, diante das demandas da desigualdade social originada pelo

sistema econômico capitalista reconfigurador das duas classes sociais que, além de diferentes, são antagônicas, o Serviço Social atua, principalmente enquanto profissão institucionalizada.

Ela também assinala que a instrumentalidade do serviço Social caracteriza-se pelas condições objetivas (postas à produção material da sociedade, na realidade material) e subjetivas (relativas aos sujeitos, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, etc.) do exercício profissional.

Guerra (2000), então, corrobora que a instrumentalidade relaciona todas as faces do exercício profissional do Assistente Social. A partir do momento em que ele faz uso de todo seu arcabouço teórico-metodológico, utiliza e transforma os instrumentais e técnicas para intervir na realidade social, cumprindo os objetivos profissionais, está dando instrumentalidade às suas atividades.

Com o crescimento das expressões da questão social originadas pelo sistema capitalista e suas relações de trabalho, o Estado, em busca de mediar as relações entre o capital e o proletariado passa a desenvolver políticas públicas como resposta às reivindicações da classe trabalhadora, no intuito de enfrentar a questão social. E o Serviço Social, enquanto profissão que trabalha junto ao enfrentamento das expressões da questão social, relaciona-se totalmente às políticas públicas, tanto na elaboração quanto na execução das mesmas. As políticas sociais se apresentam, então, como espaço de atuação profissional do Assistente Social, assim como de outros profissionais.

Para a atuação nas políticas sociais, o profissional faz uso da instrumentalidade do Serviço Social, junto às condições objetivas e subjetivas citadas anteriormente, para o alcance da realização das metas profissionais. E Guerra (2000) salienta que atender as demandas técnicas da profissão não significa ser mantenedor da ordem ou do projeto burguês – já que as demandas postas ao Serviço Social possuem determinações econômicas, políticas, culturais, etc., então exigem mais do que uma atuação imediatista/técnica, elas necessitam de decisões oriundas de reflexões, “que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos)”. Assim, vemos que a instrumentalidade não se restringe aos instrumentos e técnicas da profissão, mas isto não também não significa que eles não fazem parte. A instrumentalidade abrange os instrumentais e técnicas, mas vai além deles.

Assim, a profissão necessita da interlocução com os diversos conhecimentos proporcionados pelas disciplinas que são trabalhadas na formação. E a referida autora ressalta que a pesquisa junto à atuação tem proporcionado maiores conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social, sobre as possíveis propostas de intervenção, etc. Aqui fica

possível entender, então, que a instrumentalidade, atualmente, se desenvolve e se modifica no decorrer da atuação por meio das políticas sociais.

Santos (2006) nos apresenta que maiores reflexões sobre os instrumentais e técnicas do Serviço Social foram iniciadas quando a profissão passou a atuar junto às políticas públicas, em uma época próxima à adesão da teoria marxista que permitiu repensar esta parte da profissão para alcançar os objetivos profissionais.

A autora nos permite entender, também, que com este novo direcionamento foi possível repensar a intervenção profissional junto aos instrumentais e técnicas, permitindo também que a profissão fosse viesada por uma dimensão política, considerando a teoria e a prática como unidade a partir de uma visão de totalidade.

A referida autora assinala que é importante a abordagem sobre os instrumentais e técnicas na formação profissional, pois eles são um dos meios de organização da prática. E acrescenta, também, que o uso dos instrumentais traz características ético-políticas por conta de articularem dimensões econômico-sociais, etc., pertinentes tanto aos sujeitos profissionais quanto aos interesses de classe, além de serem influenciados pelo arcabouço teórico-metodológico que lhes permite uma leitura crítica da realidade social.

Assim, entendemos que a prática junto aos instrumentais não se dá de forma isolada, pois articula a dimensão técnico-operativa com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, nos fazendo verificar, mais uma vez, a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Com isto, vemos que os instrumentais devem ser utilizados para além da intervenção e das habilidades técnicas, como meio de identificar novas realidades a serem estudadas.

2.2.3 A necessidade do tripé ensino-pesquisa-extensão para a formação profissional

Para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, a formação deve permitir a construção de um perfil profissional que esteja direcionado a atuar de acordo com os objetivos da profissão. Porém, Cislighi (2011) nos apresenta que, no Brasil, o processo de contrarreforma pelo qual o ensino superior vem passando atinge um dos espaços que mais permitem a consolidação e o desenvolvimento do projeto profissional e de formação do Serviço Social: as universidades públicas.

Mesmo com a existência dos avanços nas últimas décadas, ainda existem muitas limitações políticas, infraestruturais, financeiras, etc., nas instituições públicas de ensino

superior, o que implica em dificuldades para o desenvolvimento das formações realizadas por elas.

Dentre as maiores desvantagens da falta de investimento nas universidades públicas pode ser considerada a tentativa de dissociar o tripé ensino-pesquisa-extensão, o qual é parte essencial da formação e permite o sucesso na construção do perfil profissional.

Iamamoto (2006) e Silva (2010) definem como parte integradora do ‘ensino da prática’ do Serviço Social, assim como das demais profissões, as atividades de pesquisa e extensão que permitem ao aluno um conhecimento mais aprofundado sobre as particularidades e dificuldades da profissão e realidade social, podendo permitir que através delas seja possível encontrar soluções para os problemas e questões surgidos para a formação e prática profissionais. Tudo isto, possibilitando a ruptura com a visão teoricista e as concepções tecnicista e politicista do exercício profissional.

Cislaghi (2011) e Santos (2006) concordam ao dizer que, com a necessidade por mão de obra especializada, solicitada pelo capital, e o processo de flexibilização da formação profissional permitido pelo Estado, as instituições privadas de ensino superior ganharam mais espaço, tornando, cada vez mais, o sistema educacional como meio de obter lucro.

As referidas autoras salientam que grande fragilidade ocasionada ao ensino superior ocorreu quando uma proposta incluída na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em 1996 permitiu que as modalidades da formação profissional fossem variadas, favorecendo as instituições privadas na expansão de cursos sequenciais e a distancia, conseqüentemente permitindo a dissociação do tripé ensino-pesquisa-extensão.

A formação profissional em Serviço Social inserida neste contexto compromete a direção social da profissão, já que, com os poucos investimentos nas universidades públicas e cada vez menos incentivos à pesquisa e à extensão, as investigações e discussões oriundas do tripé da formação que engrandecem o futuro perfil profissional têm sido deixadas de lado. Junto a isto, Cislaghi (2011) nos faz entender que tais faltas de investimentos fazem com que não seja aumentada a quantidade de professores das universidades públicas, tornando os docentes atuais muito atarefados, implicando uma divisão entre os que ministram aulas para a graduação e os que se dedicam mais à carreira de pesquisador.

De acordo com a situação em que o projeto de ensino superior está inserido, é possível perceber como a teoria (ensino, pesquisa, etc.) tem sido trabalhada numa ‘tentativa’ subjetiva de ser dissociada da prática, podendo causar para os futuros assistentes sociais a propagação da ideia de dicotomização entre as duas, já que existe, entre muitos, a dificuldade do entendimento da pesquisa como parte da atuação institucionalizada.

Martins (2014) assinala que a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é necessária para que o profissional em formação possua tanto os conhecimentos e domínios metodológicos e técnicos quanto os recursos afetivo-cognitivos, fazendo com que a cientificidade, a criticidade e as condições histórico-sociais não sejam apenas partes técnicas de sua futura atuação profissional.

A referida autora salienta que a dificuldade posta para que o tripé ensino-pesquisa-extensão seja totalmente indissociável está na visão dicotômica, com característica taylorista, que é imposta à cada um dos eixos do tripé da formação profissional, além de cada eixo componente do tripé ser realizado como atividade em si mesma, cada um recebendo um *status* diferenciado. A mesma reafirma, então, que tais distinções só serão superadas quando a organicidade do tripé for considerada como fundamento metodológico do ensino superior.

Tal organicidade sintetiza na formação superior três grandes processos referentes ao tripé, que são: o processo de transformação e aprendizado do saber historicamente organizado, que diz respeito ao **ensino**; o processo de investigação, construção do saber, que se relaciona à **pesquisa**; e os processos de aplicação, materialização destes conhecimentos que caracterizam a intervenção feita pela **extensão** universitária que, após executada, retoma à dinamicidade do ensino e da pesquisa.

Assim, a autora citada nos que:

Organicamente unidas ao ensino é que a pesquisa e a extensão terão, certamente, o a máxima expressão na formação superior. Se por um lado o ensino coloca o aluno em relação com o produto da ciência, a pesquisa o coloca em relação com o seu desenvolvimento, instrumentalizando-o para produzir conhecimento a partir de sua futura atuação profissional ou em situações planejadas especificamente para este fim. (MARTINS, 2014, p. 5).

A referida autora nos faz entender, então, que a execução do tripé da formação profissional permite aos professores e aos alunos o conhecimento e a intervenção na realidade social, indo além da execução de atividades acadêmicas, alimentando novos saberes e trazendo contribuições para a sociedade.

Assim, vemos como é grande a importância de que a formação profissional seja realizada sob o tripé ensino-pesquisa-extensão, principalmente a formação em Serviço Social que necessita, frequentemente, de pesquisas e intervenções sobre a realidade social para desenvolver o perfil profissional e, conseqüentemente, evoluir os envolvidos enquanto cidadãos. E como foi possível apresentar, o tripé da formação superior é mais realizado pelas

universidades públicas de ensino, visto que as faculdades privadas oferecem seus cursos com maior foco no ensino, dificultando a relação e execução de ensino-pesquisa-extensão.

Com isto, entendemos a importância de que as instituições públicas de ensino superior sejam mais visadas e recebam mais investimentos para que, com a realização do tripé, seja possível melhorar a formação dos profissionais e proporcionar a eles mais capacitação para o saber e para o fazer profissional.

2.3. MATRIZ CURRICULAR E MERCADO DE TRABALHO

2.3.1 O currículo no processo de formação profissional

A matriz curricular é um dos componentes mais importantes de uma formação profissional, pois nela estão ou devem estar os principais temas a serem abordados, assim como diversos assuntos que darão suporte para a construção de um perfil profissional de bom nível.

Em sua abordagem sobre currículo em Serviço Social, Sá (1995) nos apresenta o que é necessário para que um currículo proporcione uma formação de qualidade. Mas para entender o que é necessário para um currículo de serviço social, é interessante que primeiro entendamos o que é importante para a construção de um currículo, em geral.

A referida autora destaca que os assuntos abordados em uma matriz curricular precisam estar relacionados para que seja proporcionado ao discente um aprendizado 'homogêneo', sem que haja fragmentação dos assuntos, evitando prejuízo na construção do conhecimento. É também destacada a necessidade de que a academia faça a abordagem dos temas relacionando-os com a realidade social.

Mais a fundo, a autora apresenta que um currículo não se limita às necessidades citadas anteriormente. Então, é destacado que a linguagem envolvida em um currículo e os símbolos que o compõem, e que são transmitidos através dele, são essenciais e merecem atenção e análise constantemente, assim como os assuntos abordados.

Quando a autora fala em linguagens e símbolos envolvidos em um currículo, está chamando a atenção para que seja entendido que um currículo proporciona novas informações a partir dos assuntos que estão inseridos nele e permite que sejam criadas novas ideologias a partir das que são transmitidas. Portanto, além da análise dos assuntos, é de total importância

que seja realizado um estudo aprofundado sobre a linguagem e os símbolos transmitidos para que seja verificado se o ensino proposto atende às necessidades de uma boa formação.

Silva (2010) concorda com Sá (1995) ao abordar o currículo como um meio de transmissão de novas ideologias, de passar novos conhecimentos, e ser um importante mediador da formação. Os autores consideram também que o currículo, quando bem formulado, permite que a formação e, conseqüentemente, a prática da profissão a qual está relacionado sejam renovadas.

Também nos é apresentada por Silva (2010) e Oliveira e Sussekind (2012) a necessidade de um olhar crítico sobre o currículo e sua composição. Para isto, as políticas curriculares estão presentes nos debates sobre a formação profissional como direcionadoras na construção e melhoria dos currículos e, a partir delas, são criados, alterados e/ou mantidos os componentes necessários para a formação. Estas políticas, quando transformadas em currículo, causam impactos na formação profissional. Através delas são definidos os papéis dos professores e dos alunos, e são definidas as atuações de cada um deles. Por meio das políticas, então, é permitido que os currículos definam saberes, elaborem identidades e aprimorem perfis profissionais. Elas permitem que as matrizes sejam democráticas e não se tornem apenas um meio de aplicação de conteúdo, mas que sejam um espaço de renovação curricular, possibilitando discussões sobre a formação.

As mudanças ocorridas na sociedade, segundo Silva (2010), também alteram a estrutura dos currículos, pois as novas demandas do mercado de trabalho que surgem, as demandas sociais que se renovam a todo tempo, assim como os debates sobre o modo tradicional de ensino e as discussões sobre a cultura existente implicam na reformulação dos corpos curriculares, a fim de proporcionar uma formação que atenda as necessidades sociais surgidas.

O autor, então, nos apresenta quatro tipos de currículos e teorias curriculares. O primeiro é o tradicional, que tem uma perspectiva de cultura e conhecimento conservadora, desconsiderando as diversidades; o segundo é o tecnicista, que é parecido com o tradicional, mas prioriza as partes instrumentais, utilitárias e econômicas da formação; o crítico, sob perspectiva neomarxista, que traz um olhar sobre a escola e a instituição como reprodutoras das estruturas de classe da sociedade capitalista; e o pós-estruturalista que utiliza a perspectiva neomarxista, mas a aprimora nas abordagens críticas e aborda o currículo como prática cultural e prática de significação.

É interessante quando Silva (2010) assevera que a cultura interfere na construção de um currículo, pois os costumes, as relações sociais, as características de certos grupos sociais

são inseridas no corpo de uma matriz curricular. Existe também uma ‘luta’ entre os saberes, já que várias correntes teóricas são emitidas com o objetivo de permitir que o discente formule novas ideologias, novas identidades profissionais e, por consequência, pessoais. O currículo se caracteriza, então, não apenas como um transmissor de conhecimentos, mas também como um produtor de identidades.

O referido autor nos apresenta o currículo como fetiche, mas este tipo de fetiche não é o mesmo definido por Marx – fetichismo da mercadoria – que apresenta que as mercadorias produzidas pelo homem perdem sua representação de uso e passam a, praticamente, determinar as relações sociais, se tornam objetos adorados/desejados pelo homem, muito menos o de Freud que está relacionado com a sexualidade humana. O autor ressalta que o currículo se relaciona a este termo porque, através de seu estudo, foi identificado que o conceito de ‘fetiche’ aqui abordado existe e adquire valor a partir do momento em que o sujeito dá importância e atribui valor a tal coisa, a ponto de este algo valorizado passar a ter influência constante sobre seu criador/ idealizador. Mas ao mesmo tempo em que um ‘fetiche’ é construído, ele pode ser desconstruído. Então, pensar o currículo como fetiche é pensá-lo como representação. E, considerando a teoria crítica do currículo que se opõe ao tradicionalismo pedagógico, o currículo vinculado a este termo permite a relação das contradições, indeterminações envolvidas em sua composição, etc.

Abordando sobre a articulação de conhecimentos em um currículo, Santos e Weber (2012) expõem que o processo de organização curricular limitado, assim como as formas seriais e graduadas pelas quais os conteúdos têm sido transmitidos, bem como maioria dos livros didáticos atuais que têm sido trabalhados de forma resumida, entre outros, têm limitado a perspectiva dos discentes e feito com que o alcance de um ponto de vista a partir de várias referências não seja obtido, pois, por mais que muitas teorias tenham sido transmitidas, não têm sido abordadas de forma articulada como deveriam. Então, as autoras confirmam a ideia de que faltam melhorias na produção e socialização dos conhecimentos para que as demandas de aprendizagem atuais sejam atendidas. E mais, as autoras citadas concordam que a situação atual da construção de conhecimento é influenciada pelo modelo de reprodução social capitalista que limita e determina a formação.

Santos e Weber (2012) apresentam que toda essa construção de conhecimentos é realizada através de algumas abordagens, que são: multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. A abordagem multidisciplinar é aquela em que várias disciplinas são passadas, mas não se relacionam, são transmitidas em conjunto ou sequência, mas de forma fragmentada. A abordagem pluridisciplinar envolve disciplinas variadas de

modo que elas se comuniquem parcialmente. Ocorre aqui um processo de acumulação do conhecimento. Ocorre também de as disciplinas não sofrerem modificações, melhorias em suas composições, mas serem trabalhadas apenas a partir de um objetivo ou tema que é considerado necessário, relacionando com as outras matérias curriculares.

A abordagem interdisciplinar faz com que as disciplinas se relacionem totalmente. Uma disciplina complementa e enriquece a outra, e esta abordagem oferece uma formação mais estruturada e permite que o aluno aprenda a lidar com situações mais contextualizadas. A abordagem transdisciplinar propõe a relação de todas as disciplinas e o conhecimento é produzido sistematicamente, ultrapassando os limites das matérias. Então, existem várias formas de proporcionar a obtenção de conhecimentos e formações profissionais.

2.3.2 Currículo de Serviço Social: o desafio da formação profissional

O currículo da formação profissional em Serviço Social é idealizado com objetivo de permitir a construção de um perfil profissional que atenda as demandas do projeto profissional. E um projeto profissional é construído com a meta de direcionar a profissão ao alcance de seus ideais.

Netto (2009) diz que um projeto profissional é construído pelas categorias da profissão (sindicatos, conselhos, docentes, discentes, pesquisadores, profissionais de campo, etc.) e o projeto profissional ético-político do Serviço Social foi idealizado a partir da busca do rompimento com o conservadorismo que existia na profissão, momento em que ela redimensionou seus âmbitos teórico-práticos para lidar com as demandas da sociedade brasileira, assim, foi mais prontamente entre as décadas de 80 e 90 que o projeto atual do Serviço Social se configurou em sua estrutura básica.

Para o alcance dos objetivos profissionais, o projeto também influencia e direciona os processos da formação para que esta forme profissionais que dêem continuidade ao tal projeto. O referido autor ressalta que o projeto profissional é um processo em desdobramento que não se descaracteriza, mas incorpora novas questões e direções econômicas, históricas, culturais, etc.

A respeito do projeto ético-político do Serviço Social, podemos dizer, brevemente, que ele se posiciona em favor da defesa intransigente dos direitos humanos, da equidade e

justiça social, dentre as demais definições. Assim, objetiva-se formar profissionais que atendam a estes objetivos.

Em relação ao perfil profissional do Assistente Social,

[...] o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do [profissional]. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (NETTO, 2009, p. 154).

Netto (2009) nos faz entender que os projetos profissionais requerem embasamento de valores éticos que, no caso, compõem o código de ética profissional – documento que reúne a fundamentação necessária. Mas vale ressaltar que o código de ética não é uma parte do projeto profissional, mas sim algo que perpassa todo ele. E o referido autor também afirma que o código de ética não se limita a normativas morais e detalhamento de direitos e deveres profissionais, eles abrangem as direções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais. Assim, o projeto ético-político profissional é definido deste modo por conta de relacionar os direcionamentos éticos com uma direção político-profissional, permitindo uma efetividade histórico-concreta.

Vimos, então, que o projeto ético-político do Serviço Social tem objetivo de alcançar a equidade social, de combater as desigualdades sociais redimensionadas a partir do sistema capitalista. O Serviço Social tem como objeto de estudo a realidade social e todas as situações surgidas das relações sociais capitalistas e, para isto, o profissional precisa saber relacionar seus conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para alcançar o sucesso da intervenção profissional, bem como redimensionar as análises teóricas.

Porém, Iamamoto (2009) nos afirma que a prática profissional tem sido enxergada como um momento da relação profissional-usuário, desvinculando a atuação da questão social e das políticas sociais. Com isto, tem permeado a profissão o teorismo que submete o ensino à prática, tendenciando o ensinamento de estratégias, técnicas, etc., com a ideia de que o Serviço Social é profissão voltada à prática profissional. Ele também é, mas vai muito além, e com esta perspectiva corre-se o risco de estar dando vida ao tecnicismo, formando profissionais técnicos que ignorem as diversas ciências que permitem as reflexões para a

profissão, fazendo com que o profissional tenha a ideia de que cabe às outras profissões o papel de analisar e buscar entender a sociedade.

Vale ressaltar que o Serviço Social foi inserido na divisão social e técnica do trabalho para atuar na viabilização dos direitos sociais, mais prontamente a partir da análise, elaboração e execução de políticas sociais, assim, alcançará as metas do projeto ético-político da profissão – o alcance da equidade, da justiça social, luta contra preconceitos e discriminações, etc. Logo, é possível entender que para a sua atuação ter sucesso é necessário que os campos teórico e ético estejam bem exercitados e articulados à intervenção. E, mesmo a profissão tendo a característica de manter a sociedade de classes, ao mesmo tempo em que lhe propõe mudanças, é possível idealizar estratégias que reforcem os interesses das classes subalternas – alvo da intervenção profissional, assim

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar aprender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, possíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 172).

Assim, para o alcance do perfil profissional almejado pela profissão, as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Serviço Social definem que, para alcançar tais metas, a formação tem como competências gerais:

[o dever de] viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social (ABEPSS, 1996, p. 6).

E, também para o alcance dos objetivos profissionais, a formação deve ter como competências específicas:

[...] desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos sociais; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada as políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; orientar a população da identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 7)

Junto a isto, sabemos e entendemos que, para que o aluno obtenha o perfil profissional solicitado pela profissão e adquira as habilidades que a formação deve permitir, citadas anteriormente, é necessário que a graduação seja realizada pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, junto ao Estágio Supervisionado e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), assim, o futuro profissional terá suas necessidades acadêmicas atendidas.

2.3.3 Currículo e mercado de trabalho

Silva (2010) assinala que o sistema capitalista, junto às instituições de ensino que são coordenadas a partir das ideologias pregadas por ele, influencia o processo de formação, e mais, determina qual o modelo a ser adotado, principalmente no ensino superior, de acordo com o objetivo que se pretende alcançar.

Silva (2010) assevera que as influências do sistema capitalista monopolista tornam a formação de ensino superior tecnicista, com objetivo de apenas qualificar mão de obra para o mercado de trabalho, passando longe, na maioria das vezes, de uma formação com perspectiva humanística, crítica e ampla.

O autor nos diz que a educação é uma política social, já que foi um direito social e historicamente conquistado através de muitas lutas sociais. Mas não se pode negar que, como todas as políticas sociais existentes, foram criadas pelo Estado para mediar, amenizar os conflitos das classes e, junto a isto, mesmo sendo um direito conquistado através de muitas reivindicações, não foge dos objetivos do Estado e da classe burguesa de obter lucros com ela. Então, a partir da década de 1990, no Brasil, começaram a ser criadas várias instituições privadas de ensino superior e também o Ensino a Distância, que, segundo o referido autor,

contribuem e atendem mais prontamente aos objetivos da classe dominante, além de contribuírem para o enfraquecimento dos currículos.

A formação mercantilizada é realizada contrariamente aos objetivos propostos e discutidos pelas políticas curriculares e pelos intelectuais que defendem uma formação realizada através do tripé ensino-pesquisa-extensão, com intuito de causar transformações, etc. Foge, portanto, da intenção de permitir a construção de perfis profissionais capacitados para entender e confrontar a realidade social. O referido autor também salienta que o Estado enquanto incentivador do ensino superior privado atinge as universidades públicas, principalmente no que diz respeito aos investimentos, pois a intenção é ‘universalizar’ a educação, torná-la acessível a todos, mas sob ideais capitalistas, fazendo então com que sejam poupados os investimentos das universidades públicas de ensino e investidos nas particulares. E já que a intenção é a de qualificar para o desenvolvimento do mercado de trabalho, os currículos se tornam sistematizados e enfraquecidos, não proporcionando melhorias profissionais.

Ao citar Netto (2000), Santos (2006) nos diz que existem cinco traços implicados ao ensino superior brasileiro atual e, conseqüentemente, à formação profissional em Serviço Social. O primeiro é a tendência ao crescimento do privatismo que não atinge só os cursos de graduação, mas atinge também os cursos de pós-graduação, fazendo do ensino superior um meio de aplicação do capital; o segundo é a tentativa visível de dissociar ensino-pesquisa-extensão, permitida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), sendo este traço o criador do terceiro – a desconstrução do caráter universalista da universidade.

O quarto traço é relacionado a realização da formação superior subordinada às demandas do mercado de trabalho, passando este a regular e legitimar a eficácia universitária. O quinto traço é o de que a autonomia das universidades passa a ser autonomia financeira, “ou seja, o governo federal reduz sua participação financeira às universidades públicas, cabendo ao mesmo a responsabilidade de obter recursos para sua manutenção, estimulando o laço da universidade com o mundo empresarial” (SANTOS, p. 64, 2006).

Assim, a referida autora afirma que estes traços definem o papel profissional que se tem pretendido formar – aquele para atender prioritariamente o mercado de trabalho. Com isto, vemos que a formação profissional em Serviço Social deve ser realizada com resistência ao atendimento prioritário dessas demandas, pois, mesmo que seja objetivado que os futuros profissionais sejam inseridos no mercado de trabalho para alcançar os objetivos profissionais, sabemos que as metas da formação e da profissão como um todo vão muito além das exigências do mercado de trabalho. Então, as matrizes curriculares têm que ser elaboradas

com intuito de transcender essas demandas, permitindo que os profissionais saibam identificá-las e também tentar superá-las, priorizando a livre construção do saber, buscando sempre atender aos objetivos do projeto profissional.

Menezes (2006) nos apresenta que o assistente social está inserido no cenário precarizado do mercado de trabalho, já que é um trabalhador assalariado e, por conta disto, também sofre influências sobre sua atuação. Estando inserido neste contexto, este profissional tem sua prática, na maior parte, organizada pelo empregador, de acordo com as necessidades que ele apresenta. Sendo assim, a atuação do assistente social depende da instituição na qual está inserido.

Silva e Vallina (2005) acrescentam que o assistente social, quando inserido em uma instituição, tem suas práticas limitadas e finda não podendo atender todas as demandas dos usuários por conta dos limites materiais, financeiros, burocráticos, etc., que lhes são impostos. E é verdade também que este profissional, apesar de defender a luta por melhores condições de trabalho e chances de empregabilidade, se encontra afetado pela precarização do mundo do trabalho, como as terceirizações, salários não compatíveis com a função, entre outros.

As autoras salientam que, com o passar dos anos, os quadros de trabalhadores das instituições foram reduzidos e a quantidade de tarefas para aqueles que permaneceram ficou maior. E esta situação não atingiu somente aqueles que trabalham em linhas de produção, etc., mas alcançou fortemente a classe de trabalhadores intelectuais, inclusive os assistentes sociais. E em decorrência do mercado de trabalho cada vez mais escasso e a cobrança por profissionais cada vez mais polivalentes, preparados a exercer várias funções, possuidores de várias qualificações, é possível perceber que cada vez os assistentes sociais se sentem atingidos e sentem a necessidade de obter qualificações e especializações para adentrar em um campo sócio-ocupacional.

Menezes (2006) volta a nos garantir que as mudanças que ocorreram e ocorrem na sociedade trazem novas atribuições para o serviço social, exemplo disto é o fato de que anos atrás os assistentes sociais se caracterizavam mais como implementadores de políticas sociais, porém atualmente estão sendo solicitados não só na execução das mesmas, mas também na elaboração, planejamento, assessoria, etc.

Juntamente, abordando sobre as novas atribuições para os assistentes sociais, Silva e Vallina (2005) ressaltam que, junto com as várias atividades destinadas a eles, os mesmos passaram a ocupar outros cargos com vários outros títulos, como analista de Recursos Humanos (RH), entre outros, causando para alguns profissionais o não reconhecimento da sua

profissão, fazendo muitos se desconsiderarem assistentes sociais, mesmo após a formação concluída e registro realizado no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Então, as autoras citadas concordam ao dizer que o reconhecimento profissional é algo que parte do próprio profissional e, por mais que novas funções tenham surgido, que várias limitações tenham sido impostas tanto para a atuação profissional quanto para a inserção no mercado de trabalho, a formação recebida deixa aparente qual é o objetivo real da profissão e pauta os assistentes sociais sobre seus direitos e deveres. Junto à formação, é explicitado o projeto ético-político da profissão, o projeto profissional que direciona e que rege sobre as atividades do serviço social. Tal projeto ético-político é composto pelo tripé que se forma pela Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993, pelas diretrizes curriculares atuais da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.) e pelo Código de Ética Profissional vigente. E são estes que definem e autenticam os deveres e os direitos dos assistentes sociais, assim como dos discentes e docentes da profissão.

É possível ver que várias mudanças podem ser realizadas, mas desde que a categoria queira, e se empenhe, e debata sempre a fim de novas alternativas. E, se o projeto ético-político for articulado corretamente com os eixos teórico-metodológico e técnico-operativo, já que os três são indissociáveis, grandes evoluções profissionais podem ser encontradas, sendo possível realmente romper com as concepções tecnicista, teorcionista e politicista que ainda permeiam a profissão.

Ainda referente à relação do assistente social e o mercado de trabalho, Iamamoto (2002) busca nos esclarecer a solicitação deste profissional nas variadas áreas de atuação existentes. A autora, então, afirma que esta demanda não existe apenas pelo serviço técnico-especializado deste profissional, mas pelas características educativas, disciplinadoras, entre outras, que sua atuação apresenta, quando relacionadas ao suporte dado pelas instituições ao fornecer serviços sócio-assistenciais para os usuários, resultando na manutenção do processo de reprodução das relações sociais.

A referida autora continua nos dizendo que o assistente social é o profissional que trabalha na ‘linha de frente’, intermediando os interesses das instituições e os da população usuária. Afirma também que este profissional possui certa autonomia, disponibilizada pelas instituições, para identificar e distinguir aqueles que, teoricamente, tem direito a certos programas e políticas dos que não têm. Mas, para a realização destas tarefas, o assistente social possui um conjunto de métodos, técnicas e instrumentais que lhes proporcionam conhecer e intervir na realidade dos usuários, buscando alcançar os objetivos propostos.

Conjunto este formado pelas entrevistas sociais, diálogos, avaliações socioeconômicas, visitas domiciliares e institucionais, entre várias outras.

Iamamoto (2002) e Santos e Noronha (2013) concordam ao afirmar que os métodos, técnicas e instrumentais do serviço social são exercidos de acordo com a instituição em que o profissional atua. Porém, Santos e Noronha (2013) ressaltam que os meios utilizados não são de caráter neutro, mas sim com objetivos específicos, eles têm que ser elaborados e executados com o intuito de responder não só às demandas da instituição, mas também a dos usuários, considerando a situação social em que se encontram, a conjuntura social e, além de tudo, proporcionar novas respostas, perspectivas e reflexões para a profissão, permitindo a efetivação do compromisso com o projeto ético-político.

Iamamoto (2002) volta a nos expor que as instituições conseguem impor suas normas e limites para os usuários através da atuação do assistente social, sem que os usuários percebam, num primeiro momento, que são imposições. Mas afirma também que este profissional é favorecido no que diz respeito à autonomia profissional, pois assim como sua atuação traz benefícios para as instituições, traz novas garantias e perspectivas para seu público, e a autonomia que ele possui lhe permite ampliar os objetivos da prática, sendo possível enxergar novos campos para a atuação.

A referida autora nos destaca, então, a importância de os assistentes sociais se empenharem sempre em sua atuação, tendo o cuidado de não permitir que a prática se limite aos objetivos das instituições, aproveitando o ‘leque’ de possíveis intervenções que a sociedade apresenta e sempre propondo alternativas para atender às demandas sociais, demonstrando, assim o compromisso com os objetivos do projeto profissional.

A partir das reflexões aqui expostas, é possível perceber, junto às autoras recorridas, que o assistente social possui grande possibilidade de propagar os objetivos da profissão e buscar, cada vez mais, ultrapassar os limites impostos pelas instituições. Que, mesmo se encontrando atingido pelas armadilhas do sistema capitalista e dos ideais neoliberais, este possui autonomia profissional para direcionar sua atuação para as demandas dos usuários, não se permitindo se transformar em um profissional meramente institucionalizado. É destacada, também, a importância de a teoria sempre estar presente na atuação e vice-versa, considerando que estas caminham sempre juntas e sua relação traz grandes reflexões e avanços para o Serviço Social. Então, fica aqui bem aparente que o projeto profissional tem toda a capacidade de ser realizado, bastando somente os profissionais manterem firmeza junto aos objetivos da profissão e se posicionarem sempre a favor da mesma, quando adversidades lhes forem impostas.

III. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Considerando que o curso de Serviço Social é embasado por uma perspectiva teórico-metodológica que proporciona uma visão crítica e lida com o processo de transformações da sociedade, do indivíduo e das relações sociais, julgamos mais adequado trabalhar com o método histórico-dialético, já que o mesmo é o que propõe o processo de investigação da realidade, e apresenta que é necessário abordar todos os aspectos do objeto a ser estudado e suas constantes mudanças, partindo da análise dos fatos.

O *locus* da pesquisa foi o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, sendo os egressos do currículo 2009 do curso os sujeitos pesquisados. O curso funciona no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), localizado no Campus Universitário, na Av. General Rodrigo Otávio, Coroado I.

De 2009, ano em que o currículo atual foi implementado, até o ano de 2014, tinham sido formados, em média, 99 bacharéis em serviço social pela UFAM. Então, tivemos um universo de 99 egressos. Considerando um nível de confiança de 90%, a partir de amostra aleatória simples, tomamos 41,41% da população, o que nos forneceu uma amostra de 41 egressos.

A pesquisa foi qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório, pois, este tipo de pesquisa

[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p. 41).

Esta pesquisa se enquadrou também como pesquisa de campo, momento em que os egressos foram entrevistados. O instrumental utilizado foi um formulário para que esta etapa não se tornasse exaustiva, já que a própria pesquisadora auxiliar foi quem aplicou o instrumental. Sendo que, antes de termos iniciado as entrevistas, foi feito um pré-teste para verificar se o formulário se apresentava claro e objetivo para auxiliar o processo. A aplicação do pré-teste ocorreu com uma egressa que se dispôs a colaborar, momento em que verificamos que o instrumental precisava de pequenos ajustes para atender aos objetivos da pesquisa.

Durante os primeiros meses realizamos estudos sobre o tema para torná-lo mais claro, para isso, recorremos à pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro momento, buscamos embasamentos para as discussões propostas, com a leitura de livros, artigos, teses e dissertações sobre formação profissional, currículo, relação teoria e prática, bem como sobre serviço social e mercado de trabalho. Na pesquisa documental, buscamos apoio, sobretudo, no Projeto de Formação do curso de Serviço Social da UFAM para que fosse possível entender a trajetória do curso na universidade.

A pesquisa de campo propriamente dita foi iniciada no dia 04 de agosto de 2014 e tínhamos a intenção de finalizá-la até o mês de dezembro deste mesmo ano, porém, com a falta de disponibilidade de alguns egressos, tivemos que aguardá-los e só conseguimos finalizar as entrevistas no mês de maio de 2015. As entrevistas aconteceram em locais combinados por telefone com os egressos. Foram realizadas entrevistas em instituições públicas (onde alguns dos egressos atuam profissionalmente), em residências e em espaços da própria UFAM, sempre obedecendo ao que era mais conveniente para o entrevistado. Para contatá-los recorremos à coordenação do curso de Serviço Social que, por meio do acesso ao sistema de informação da universidade, viabilizou-nos os contatos dos egressos do currículo de 2009 do curso de Serviço Social, para podermos convidá-los à entrevista, a qual foi precedida de sorteio dos nomes disponíveis na listagem de egressos.

Do início da pesquisa até o final, a pesquisa bibliográfica não foi interrompida para que fosse obtido um bom nível de suporte teórico para a análise dos dados. Além das pesquisas de campo, documental e bibliográfica, foi elaborado o relatório parcial no mês de janeiro de 2015. Para a elaboração deste, interrompemos a pesquisa de campo e a retomamos no mês de fevereiro de 2015. Assim, a pesquisa bibliográfica e de campo continuaram a ser executadas.

Como foi dito anteriormente, selecionamos os entrevistados por meio de sorteio, porém, quando não conseguimos contatar alguns dos sorteados (por conta de o número disponibilizado pelo sistema estar desatualizado), junto àqueles que foram contatados, mas não aceitaram o convite da pesquisa, contatamos e convidamos os próximos da lista, sem sorteio. No entanto, apenas dois egressos não aceitaram o convite e três não foram contatados por conta do número de telefone desatualizado.

Durante as entrevistas, os egressos apresentaram-se bastante entusiasmados por estarem contribuindo com a análise da formação e demonstraram segurança ao dar as respostas.

No mês de março de 2015, fizemos dois artigos denominados “DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: uma leitura a partir do curso de Serviço Social da UFAM” e “REDE SOCIOASSISTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS: desafios ao Serviço Social.” Estes artigos foram elaborados a partir da relação de parte desta pesquisa com os resultados do projeto desenvolvido por meio do Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) denominado como “Oficinas de Direitos Sociais e Serviço Social” realizado no curso de Serviço Social da UFAM no ano de 2014. Tais trabalhos foram elaborados para submissão na VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) e foram aprovados, os quais serão apresentados neste evento que ocorrerá nos dias 25 a 28 de agosto de 2015, na cidade de São Luís (MA).

Com a conclusão da pesquisa de campo em maio de 2015, começamos a tabular e analisar os dados neste mesmo mês, começando, então, a construir o item “Resultados e Discussões” deste relatório. A análise dos dados foi concluída no mês de junho, conseqüentemente, finalizando o item citado. No mês de julho nos focamos em terminar o item “Fundamentação Teórica” e concluir os outros itens que compõem a estrutura deste relatório final de pesquisa.

Os próximos passos serão: a submissão deste relatório final à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP), através do Portal LIRA; e organização e estudo da apresentação desta pesquisa para o XXIII Congresso de Iniciação Científica (CONIC) da UFAM que será realizado ainda neste ano de 2015.

Assim, podemos dizer que nesta pesquisa encontramos algumas dificuldades para encontrar os egressos e aplicar a entrevista, por conta da falta de tempo dos mesmos. Mas apesar de tudo, foi ótima a experiência de ter contato e trocar opiniões com os profissionais recém-formados, sendo possível, a partir das conversas com eles, ampliar as discussões realizadas neste relatório. Com isto, podemos considerar que, além do enriquecimento teórico que as pesquisas bibliográfica e documental proporcionaram, a pesquisa de campo propiciou experiências satisfatórias que contribuem para o crescimento das pesquisadoras aqui envolvidas.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas segue as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), portanto, busca permitir que seja construído um perfil profissional que atenda aos objetivos da profissão. Em toda sua trajetória, a formação profissional em Serviço Social realizada pela UFAM passou por várias alterações em sua matriz curricular, tendo como propósito fazer com que a formação acompanhe o desenvolvimento da realidade social, conseqüentemente, permitindo que os profissionais em formação conheçam e analisem as transformações sociais, como pede a profissão.

O atual currículo, que foi reformulado em 2009, foi criado com intuito de atender às propostas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que visava a ampliação de vagas das universidades federais, criação de turmas noturnas para alguns cursos – permitindo para aqueles que trabalham durante o dia o acesso ao ensino superior, dentre outras metas.

Ao abordar sobre formação profissional em Serviço Social, Iamamoto (2006) afirma que são necessárias as avaliações e análises curriculares para que sejam identificadas e corrigidas as fragilidades presentes na formação, com objetivo de sempre permitir ao futuro profissional o acompanhamento da dinamicidade da realidade social. Então, considerando que as revisões curriculares são essenciais para o desenvolvimento da formação profissional e havendo a criação da turma noturna do curso de Serviço Social da UFAM, por conta do REUNI, o currículo atual foi planejado com objetivo de atender as novas demandas postas à formação.

Swenson (2012) nos afirma que o currículo 2009 foi idealizado apenas para o curso noturno de Serviço Social criado pelo REUNI, mas que, por um equívoco, também passou a ser o mesmo para o turno vespertino. Com isso, o currículo de 2001 ficou valendo apenas para as turmas que adentraram a universidade no período anterior a 2009.

No que diz respeito à composição curricular, foi mudado o título da disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos (FHTM) do Serviço Social que passou a ser Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FTMSS), sendo mantidos todos os conteúdos desta. Junto a isto, a disciplina Questões Urbanas e Agrárias que era obrigatória passou a ser matéria optativa no currículo de 2009; Serviço Social na área da Família que era optativa no currículo anterior e passou a ser obrigatória no atual currículo; e o Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC) que era realizado no antigo nono período da graduação, isolado das outras, e no atual currículo passou a ser construído no oitavo período junto às disciplinas finais que já compunham o oitavo período do curso. Houve mudanças também na duração do curso que antes era realizado em nove períodos e, a partir deste novo currículo, passou para oito períodos.

Então, considerando que a formação profissional deve possibilitar aos profissionais o conhecimento do desenvolvimento da realidade social e que o currículo 2009 não é resultante de um processo de revisão curricular, identificou-se a necessidade de averiguar se a atual formação está atendendo aos objetivos do Serviço Social – o de formar Assistentes Sociais com perspectiva crítica sobre a realidade social, com sensibilidade para analisar as expressões da questão social originadas das relações sociais do sistema econômico vigente, apto para investigar e intervir nos problemas sociais junto ao planejamento, execução e avaliação de projetos, planos e programas, viabilizando o acesso dos cidadãos aos seus direitos. Além disto, verificar se a formação em Serviço Social da UFAM tem subsidiado a inserção dos egressos do currículo de 2009 nos programas de pós-graduação e no mercado de trabalho – tendo em vista que é a partir da atuação institucionalizada que o Assistente Social tem realizado suas metas profissionais, as de viabilizar direitos através das políticas públicas.

Como foi apresentado na descrição metodológica, tínhamos um universo de 99 egressos e, a partir de amostra aleatória simples, foram tomados 41,41% da população, o que forneceu uma amostra de 41 egressos. Entre os entrevistados, 92,68% eram do sexo feminino e 7,32% do sexo masculino. Como podemos ver, o curso ainda é composto, em sua maioria, por mulheres como desde o início da profissão, apesar de atualmente vários homens também ingressarem no curso. Em relação à faixa etária, 19,52% possuem idade entre 20 e 22 anos, 39% entre 23 e 25 anos, 9,75% entre 26 e 28 anos, 2,43% entre 29 e 31 anos, 7,35% entre 32 e 34 anos, 14,62 % entre 35 e 37 anos, 2,43% entre 41 e 43 anos e 4,90% com 44 anos ou mais. Com isto, é possível afirmar que o curso de Serviço Social tem sido mais procurado pelas pessoas jovens, já que aqui 58,52% têm idade entre 20 e 25 anos, o que demonstra que o curso de Serviço Social tem alcançado um dos objetivos do REUNI – o de permitir o ingresso do público mais jovem ao ensino superior.

Dos egressos entrevistados, 56% adentraram ao curso de Serviço Social da UFAM no ano de 2009, 41,57% no ano de 2010 e 2,43% no ano de 2005, sendo estes últimos alunos que ingressaram no curso ainda pelo currículo de 2001, mas por conta de interferências pessoais demoraram um pouco mais na formação e acabaram migrando para o currículo 2009, a partir do qual concluíram a formação em 2013.

No ano de 2012, 2,43% dos egressos participantes desta pesquisa colaram grau, sendo esta formação realizada antes dos outros por conta de aprovação em concurso público e chamada para tomada de posse do cargo, sendo isto possível através do pedido de recurso que pode ser feito junto à Universidade para conclusão imediata da formação. Tal pedido tem amparo no parágrafo 2º do Artigo 47 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – o qual assegura que alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos podem ter a duração de seu curso abreviada, mediante realização de provas e adoção de outros instrumentos de avaliação. Dentre os demais entrevistados, 47,57% colaram grau no ano de 2013 e 50% no ano de 2014.

Ao serem perguntados acerca dos pontos positivos presentes na formação, os participantes mostraram-se entusiasmados em responder e, alguns, deram mais de uma resposta, as quais se apresentam em quantidade que ultrapassa o número de entrevistados, como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 1 – Aspectos positivos da formação na UFAM de acordo com egressos

Aspectos positivos	Nº de respondentes	Percentual de respondentes
Qualidade do embasamento teórico e ganho da perspectiva crítica	24	58,53%
Qualificação e comprometimento dos docentes do curso	10	24,39%
Possibilidade de participar de Projetos de Pesquisa e extensão	8	19,51%
Ganho da atuação segmentada, a partir das optativas	1	2,43%
Incentivo em seguir carreira acadêmica	1	2,43%
A valorização que a formação realizada pela UFAM possui	1	2,43%
Ser discente da primeira turma noturna	1	2,43%
O ganho do conhecimento aprofundado sobre a importância da profissão	1	2,43%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

A primeira categoria mais respondida, como apresenta o quadro, mostra que os conteúdos abordados são bem aprovados pelos egressos e permitem a obtenção da perspectiva crítica sobre a realidade social. Eles afirmaram que o nível de conhecimento que o curso lhes propõe é satisfatório junto ao processo de entendimento sobre a formação, dinamicidade e evolução da sociedade relacionada ao sistema capitalista que permite a compreensão da

origem e das direções que as expressões da questão social tomam, sendo este tipo de conhecimento não só útil ao fazer profissional, mas para eles mesmos enquanto cidadãos. Este olhar crítico é obtido através das abordagens do método Materialismo Histórico-Dialético que o curso de Serviço Social toma como direcionamento e permite a visão ampliada sobre a sociedade, sendo este olhar desenvolvido do início ao fim da formação, porém mais especificamente a partir das disciplinas de Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social, Política Social I e II, Trabalho e Contemporaneidade, Análise Institucional, dentre outras.

Ao ser perguntado sobre o nível de satisfação em relação à qualidade das aulas, envolvendo os conteúdos da formação, etc., foi pedido que eles dessem uma nota de 0 a 5, sendo avisados que 0 e 1 significavam insuficiente, 2 e 3 regular ou bom, e 4 e 5 muito bom ou ótimo. Então, para este aspecto da formação, 29,26% disseram que são bons os conteúdos e os resultados que a formação proporciona, enquanto que 70,74% consideraram que são ótimos.

Entretanto, foram citados pelos egressos alguns pontos que precisam ser melhorados nos conteúdos e na articulação entre eles e também outros aspectos que, segundo os entrevistados, estão fragilizados, como, por exemplo, as disciplinas de FHTM que passaram a ser FTM neste currículo atual, sendo considerado que esta perdeu a abordagem histórica da profissão. Porém, ao compararmos as ementas das referidas disciplinas do currículo anterior – o de 2001 – com as ementas das disciplinas do currículo atual, verificamos que a história do Serviço Social não foi retirada. O desenvolvimento da profissão foi apenas mais articulado às diferentes transformações sociais e tal abordagem é positiva para o maior entendimento sobre a trajetória da profissão, considerando que o Serviço Social é uma profissão que está totalmente vinculada às mudanças que ocorrem na sociedade.

Junto a isto, 9,75% dos egressos afirmaram que a disciplina História Cultural da Amazônia deve ser reformulada, pois a mesma deveria permitir o entendimento sobre a história da realidade social amazônica e a cultura da região, considerando que os Assistentes Sociais formados pela UFAM trabalharão na região amazônica. Então, ao analisarmos a ementa desta disciplina, vemos que ela é ampla e que dá margem para trabalhar a discussão a partir de um passado mais longínquo ou a partir da contemporaneidade. Porém, as bibliografias obrigatórias mencionadas no projeto de formação focam-se muito mais no período colonial e na questão indígena, o que nos ajuda a entender a avaliação apresentada pelos egressos.

Durante o processo de revisão curricular iniciado em 2010 e ainda não concluído, essa discussão foi amplamente realizada, indicando ao Departamento de Serviço Social a necessidade de retirada dessa disciplina do currículo e inclusão de outra com foco nas questões mais contemporâneas sobre a realidade regional, sob o nome de “Questão Social na Amazônia”, a ser ministrada por um professor do Serviço Social.

Os respondentes salientaram que tais abordagens não são realizadas de acordo com a profissão por conta de a disciplina ser ministrada por professores do departamento de História. Estes possuem capacitação para ministrar as aulas, mas não sabem articular a disciplina para cumprir seu objetivo na formação profissional em Serviço Social. Então, com a proposta da nova disciplina ministrada por um professor do curso, provavelmente este problema será resolvido. Da mesma forma acontece com a disciplina de Estatística que, segundo os respondentes, não está direcionada para o Serviço Social, pois deveria trazer contribuições mais relacionadas à pesquisa – onde mais a estatística é utilizada no curso – do que à carga de cálculos desnecessários que esta disciplina tem trabalhado e não são úteis para a atuação do Assistente Social.

Além disto, alguns dos egressos sugeriram que fosse criada a disciplina de Política Social III para que os temas de Política Social I e II fossem mais distribuídos e melhor explorados, permitindo também a criação de mais um espaço para abordar as diferentes políticas públicas na base do curso e não somente nas disciplinas optativas, considerando que as disciplinas de Política Social trazem abordagens muito significativas para a formação, sendo umas das principais do curso.

Em relação aos recursos didático-pedagógicos, instrumentos que dão grande auxílio às aulas, 7,30% dos egressos avaliaram como insuficientes os que são oferecidos para o curso, 39,03% classificaram como bons e 53,65% como ótimos, porém, muitos afirmaram que os equipamentos existentes eram dos professores e não do curso, demonstrando a necessidade de instrumentos próprios do Departamento de Serviço Social.

Então, mesmo com as várias observações apontadas que precisam ser revistas pelo colegiado do curso, pode-se considerar que o conteúdo teórico do currículo atual é bem avaliado por todos aqueles que concluíram a formação, já que nenhum deles considerou insuficiente na classificação de notas apresentada anteriormente.

Logo em seguida, o quadro 1 apresenta que o segundo ponto positivo mais citado pelos participantes foi o comprometimento que os professores do curso possuem e também as suas qualificações profissionais, sendo afirmado que isto é possível por conta do nível de formação que estes docentes têm (Mestrado e/ou Doutorado), o que diferencia o ensino da

UFAM das outras instituições de formação profissional do Amazonas que oferecem o curso de Serviço Social – onde a maioria das disciplinas é ministrada por professores especialistas. Assim, os respondentes também afirmaram que o nível de qualificação do corpo docente potencializa a formação e a transmissão do conhecimento em sala de aula e, a partir das falas, foi percebido que os egressos sentiram mais segurança na formação por conta de esta ter sido ministrada por professores Mestres e/ou Doutores.

Porém, ao ser perguntado qual seria a classificação para o nível de qualificação dos professores efetivos do curso e dos substitutos (temporários), foi identificada uma diferença na avaliação dos dois tipos de categoria dos docentes. Dos egressos participantes desta pesquisa, 7,31% consideraram como boa a qualificação dos professores efetivos e 92,68% como uma ótima qualificação. Já 48,78% dos egressos avaliaram como boa a qualificação dos professores substitutos e 51,21% como ótima. Ou seja, mais alunos consideraram ótima a qualificação dos docentes efetivos do curso do que dos professores substitutos.

Junto a isto, nos cabe aqui associar a fala de 12,9% dos egressos entrevistados que afirmaram que alguns docentes substitutos são menos comprometidos, pois alguns, pelo fato de trabalharem em outras instituições, chegam exaustos para dar aula e/ou atrasados, e, mesmo eles sendo bem qualificados em relação a títulos e capacitação profissional, nem todos sabem transmitir adequadamente os assuntos em sala de aula e não têm didática para ministrar as aulas, etc. Talvez estas falhas de um ou outro professor substituto (temporário) sejam causadas por conta da falta de experiência em sala de aula ou porque têm atividades profissionais em outras instituições, o que os diferenciam dos professores efetivos que têm dedicação exclusiva à universidade.

No entanto, a qualificação das duas categorias de professores foi bem avaliada, o que demonstra a satisfação dos egressos com o corpo docente do curso de Serviço Social, apesar dos percalços, permitindo-nos observar que ninguém classificou a qualificação dos docentes como insuficiente. Apesar de todas as limitações postas à atuação dos docentes, os egressos consideraram como boa a dedicação que estes possuem, junto à disponibilidade que muitos conseguem, quando os discentes solicitam, para atendê-los em horários opostos aos de aula para debates, explicações maiores sobre os assuntos, etc. E em relação a este atendimento extraclasse 4,87% dos egressos avaliaram como insuficiente, 36,58% como bom e 58,55% como ótimo.

Em sequência, o terceiro ponto mais citado como positivo no quadro 1 pelos egressos foi a possibilidade de o discente relacionar ensino-pesquisa-extensão, o tripé da formação superior que é mais desenvolvido a partir das instituições públicas de ensino superior. A

pesquisa e a extensão são potencializadoras da formação profissional e, segundo Yamamoto (2006) e Silva (2010), são atividades essenciais para a construção do perfil profissional do Assistente Social, pois permitem a vivência com a pesquisa e identificação dos problemas sociais e a idealização de possíveis intervenções sobre eles – atividades totalmente relacionadas à atuação do Assistente Social. Então, vemos que os discentes reconhecem a importância destas atividades e consideram muito positiva a possibilidade de participar delas.

Porém, cabe-nos destacar a opinião de 9,75% dos egressos entrevistados, os quais afirmaram que é frágil a disponibilidade de atividades de pesquisa e extensão por parte do curso e a divulgação das que existem. Ora, ao mesmo tempo em que os respondentes reconhecem que há chances de participar de pesquisa e extensão, estes salientam que são oferecidas poucas oportunidades para atividades deste tipo e que deveria haver mais, ao ponto de todos os alunos terem acesso a elas, e não somente uns, visto que todos devem ter a mesma formação. E ao perguntarmos aos egressos a classificação que eles dariam para as oportunidades das atividades de pesquisa e extensão, no mesmo método de notas como citado anteriormente onde 0 e 1 representavam insuficiente, 2 e 3 regular ou bom e 4 e 5 muito bom ou ótimo, 12,19% dos entrevistados responderam que as oportunidades de pesquisa são insuficientes, 36,60% que são boas e 51,21% que são ótimas. Ao avaliar as oportunidades de extensão, 4,87% disseram que elas são insuficientes, 48,78% que são boas e 46,35% que são ótimas.

Muitos dos que avaliaram as oportunidades para pesquisa e extensão como boas e ótimas salientaram que as atividades de extensão são um pouco mais disponibilizadas e mais alunos conseguem ter acesso por conta de serem realizadas em grupo, diferente dos projetos de pesquisa (iniciação científica, tecnológica, etc.) que são realizados somente por um aluno e seu orientador docente, sendo que um docente pode ter até cinco orientandos de iniciação científica, isso em caso de professor doutor. Porém, ao avaliarmos as falas dos egressos, concordamos com Cislighi (2011) quando diz que a falta de investimento por parte do governo nas instituições públicas de ensino superior, principalmente na falta de efetivação de professores, fragiliza a formação, pois o número de docentes é insuficiente para atender as demandas da formação. Os docentes têm que ministrar mais de uma disciplina para as turmas do curso, orientar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e ainda coordenar projetos de pesquisa e extensão, bem como atuar na administração (chefia de departamento, coordenação de curso, coordenação de estágio, coordenação do mestrado de Serviço Social etc.), fazendo com que a sobrecarga de atividades acadêmicas os desestimule a propor as orientações para pesquisa e extensão.

Maiores análises sobre os percalços que o tripé da formação superior da UFAM enfrenta podem ser objeto de futuras pesquisas, mas pela fala dos egressos podemos aqui afirmar que as maiores limitações identificadas estão relacionadas à falta de disponibilidade dos docentes. Então, seria bom que a instituição pudesse aumentar o quadro docente do curso de Serviço Social, porém as diretrizes do REUNI definem uma média sobre o número ideal de alunos para cada professor e, de acordo com tal cálculo, o curso de Serviço Social da UFAM possui a quantidade necessária de professores efetivos. Mas podemos perceber que o cálculo desconsidera as atividades realizadas além da sala de aula (pesquisa, extensão, administração do departamento, dentre outras.) que também são atribuídas ao colegiado do curso. Assim, identificamos que o número de professores que é considerado pelo governo é insuficiente, pois não permite o atendimento completo de todas as necessidades da formação profissional e ocasiona todas as limitações apresentadas anteriormente, como falta de oportunidade para pesquisa e extensão, etc.

Assim, verificamos a necessidade de a Universidade rever as limitações que estão relacionadas ao tripé da formação superior e idealizar possibilidades de minimizar a falta de oportunidade para atividades de extensão, e principalmente as de pesquisa que proporcionam um maior aprofundamento sobre determinado tema, ocasionando um maior ganho de conhecimento para o pesquisador discente, visto que o tempo da atividade é superior e a execução desta feita individualmente pelo discente ocasiona em um grande aprofundamento científico.

Identificamos que apenas 20% dos entrevistados tiveram acesso à iniciação científica durante a formação, o que nos parece ser pouco. E destes, 12,5% salientaram que deve haver espaço para que os discentes proponham temas para projetos de iniciação científica, pois geralmente são os docentes que definem o assunto a ser abordado, além de afirmarem que há dificuldade para encontrar orientador quando o acadêmico tem interesse por temas que não são das linhas de pesquisa dos docentes do curso.

Tal questionamento é válido, porém o próprio edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) prevê que o projeto de iniciação científica seja preferencialmente vinculado ao Projeto de Pesquisa do docente, pois é ele o responsável pela pesquisa. E é possível afirmar que a iniciação científica é idealizada justamente para que o discente tenha um primeiro contato com a pesquisa, então é um espaço para que o pesquisador iniciante tenha a experiência com tal atividade e, a partir dela, possa idealizar próximos projetos. Por essa razão, a experiência de pesquisa e a responsabilidade do professor pelo

projeto de investigação se constituem como elementos fundamentais ao sucesso da iniciação científica para a vida acadêmica do discente.

É interessante salientar que as contribuições que Iamamoto (2006) e Silva (2010) fazem, a respeito dos benefícios proporcionados pelos projetos de pesquisa e extensão, foram identificadas durante as entrevistas. Mesmo todos os entrevistados tendo apresentado domínio sobre os temas relacionados à profissão, foi possível identificar que aqueles que foram alunos de iniciação científica, que tiveram experiências com um ou mais projetos de pesquisa, tomaram com mais propriedade os discursos sobre os diversos temas relacionados ao Serviço Social, bem como os discentes que participaram de projetos de extensão.

Assim, é possível afirmar que há a necessidade de mais professores efetivos do curso para que as atividades sejam mais bem divididas e que haja mais oportunidades para extensão e pesquisa. Deste modo, os profissionais em formação terão tais experiências desde a parte mais inicial da formação e não somente no momento de pesquisa para construção do TCC (monografia), como vem acontecendo, podendo permitir que os discentes do curso tenham mais acesso às chances de potencializar a formação profissional.

Os outros pontos que foram destacados como positivos no quadro 1 dizem respeito às matérias optativas do curso (Serviço Social na área da saúde, sociojurídico, idoso, assistência social, dentre outras.) que, segundo a fala dos egressos, proporcionam embasamento para atuar junto à rede socioassistencial; com o mesmo percentual, também foi citado como positivo o estímulo que existe para seguir a carreira acadêmica, a partir da vivência com pesquisa e extensão que permitem a aproximação do mestrado, etc.; o ‘peso’ que a formação realizada pela UFAM possui, assim como das demais instituições públicas de ensino superior, que ainda é utilizado pelo mercado de trabalho como um dos métodos para fazer seleção de profissionais; ser aluno da primeira turma noturna também foi considerado como algo satisfatório, pois a vivência com as lutas por melhorias para o curso e a percepção da existência destas melhorias permitiu uma maior sensação de pertencimento; e o ganho do entendimento real sobre o que é o Serviço Social, dos objetivos profissionais e dos grandes desenvolvimentos sociais que a profissão pode proporcionar, além do conhecimento sobre as múltiplas áreas de atuação e a importância de cada uma delas.

Ao serem questionados sobre os pontos mais frágeis presentes na formação em Serviço Social realizada pela UFAM, os egressos entrevistados apresentaram-se inibidos em responder, mas também deram várias respostas, assim como na questão anterior, o que causou novamente o número de respostas maior do que o número de entrevistados, como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 2- Aspectos frágeis da formação, segundo os egressos.

Aspectos frágeis	Nº de respondentes	Percentual de respondentes
Estrutura da universidade	14	34,14%
Falta de abordagem sobre as diversas áreas de atuação e técnicas/legislações da profissão	9	22%
Pequeno número professores efetivos do curso	7	17%
Acervo da biblioteca e horário de funcionamento	7	17%
Qualificação e comprometimento dos professores de outros cursos	6	14,63%
Supervisão docente de estágio e convênio com instituições	4	9,75%
Apoio do departamento	2	5%
Não cumprimento da carga horária noturna	1	2,43%
As possíveis greves	1	2,43%
A mudança de 9 períodos para 8	1	2,43%
Carga horária desproporcional de algumas matérias	1	2,43%

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

O ponto mais citado como frágil pelos egressos, como podemos ver no quadro 2, tem a ver com a estrutura da UFAM. Apesar de não ser uma limitação diretamente relacionada ao processo de formação profissional, é um ponto que influenciou bastante no desenvolvimento das atividades do curso, pois como grande parte dos egressos afirmou, a disponibilidade de salas era muito pouca e não existia bloco específico para o curso, sendo que nem todas as salas que eram emprestadas possuíam ares-condicionados. Além disto, o Restaurante Universitário (R.U) que funcionava em condições precárias e não atendia as demandas dos cursos noturnos. Tais pontos hoje estão solucionados, pois após muitas reivindicações dos antigos discentes do curso de Serviço Social foi definido um bloco de salas climatizadas para o curso e, junto a isto, diante das demandas dos demais discentes da universidade, a criação do novo RU. Porém, os outros pontos negativos como falta de segurança, falta de melhoria na limpeza, etc., citados pelos egressos, ainda estão presentes e precisam ser revistos.

Ao ser perguntado qual seria a classificação para a estrutura das salas de aulas, onde 0 e 1 significavam insuficiente, 2 e 3 regular ou bom e 4 e 5 muito bom ou ótimo, 26,82% dos egressos classificaram como insuficiente, 60,98% avaliaram como regular ou boa e 12,20% avaliaram como muito boa. Em relação à estrutura das salas dos professores, 17,07% avaliaram como insuficiente, 70,73% consideraram boa e 12,20% classificaram como ótima. No que diz respeito à estrutura em geral do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da

UFAM, onde fica localizado o curso de Serviço Social, 34,14% dos egressos entrevistados consideraram como insuficiente, 51,21% avaliaram como boa e 14,65% como ótima.

Já o segundo critério mais citado como frágil está totalmente relacionado à formação profissional em Serviço Social e, segundo os egressos, tem a ver com a falta de abordagem sobre as diversas áreas de atuação do Assistente Social e seus espaços sócio-ocupacionais, pois a formação não abrange amplamente tais discussões em suas disciplinas básicas, e, quando tais abordagens são feitas, são mais direcionadas às áreas da Saúde, Sociojurídico e Assistência Social. As demais áreas (Previdência Social, Educação, Idoso, dentre outras.) podem ser abordadas a partir das disciplinas optativas, mas os egressos consideram que, mesmo com a oportunidade de escolher as optativas, existe uma limitação por conta de estas serem escolhidas pelo voto da maioria da turma, o que acarreta na escolha das mesmas matérias mais abordadas, citadas anteriormente.

Junto a isto, os egressos afirmaram que as abordagens sobre as diversas legislações sociais (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, dentre outras.) não têm sido realizadas com o aprofundamento necessário, o que gera limitação na formação, pois mesmo que procurem aprender sozinhos, não conseguem o mesmo resultado das reflexões e debates em sala de aula.

Dentre os respondentes que fizeram estas considerações, 2,43% afirmaram que o ensino em Serviço Social da UFAM não é generalista, pois não aborda profundamente todas as políticas sociais e as legislações pertinentes a elas. Porém, consideramos que a formação generalista em Serviço Social é aquela que tanto proporciona o amplo conhecimento sobre a realidade social, permitindo ao futuro profissional a possibilidade de entender a dinamicidade social e visualizar propostas de intervenção, junto às demais possibilidades de atuação, quanto o conhecimento sobre as políticas sociais existentes, suas legislações, e as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais.

Então, ao refletirmos sobre formação generalista, podemos dizer, a partir das falas dos entrevistados, que a formação em Serviço Social realizada pela UFAM está mais focada na amplitude da realidade social, análise de conjuntura e leitura crítica da dinâmica societária etc., do que nas particularidades das diversas áreas de atuação do Assistente Social e, por conseguinte, nas especificidades das políticas sociais. Com isto, percebemos que tais abordagens devem ser mais articuladas, pois assim como é importante a leitura ampla da realidade, é necessário que o profissional em formação reflita sobre as possibilidades de

intervenção em cada espaço sócio-ocupacional. Assim, permitindo que a relação entre teoria e prática em Serviço Social seja cada vez mais alcançada.

Neste quesito, alguns dos egressos também sugeriram que, além de as diversas áreas relacionadas ao Serviço Social deverem ser mais abordadas, deve existir mais destaque às disciplinas da área da Educação que, segundo eles, é uma área com grandes possibilidades de intervenção que está crescendo como espaço de atuação do Assistente Social na região, e da área Socioambiental que é bastante solicitada nas seleções para o Mestrado, mas estão ausentes na formação.

O terceiro ponto mais citado como negativo foi a quantidade reduzida de professores efetivos que o curso possui que, além de ocasionar a sobrecarga do corpo docente atual, limitar as oportunidades de pesquisa e extensão, etc., como citados nas abordagens dos critérios do primeiro quadro, foi considerado como uma grande limitação posta à formação, pois, em decorrência disto, a rotatividade de professores substitutos atrapalha o processo de aprendizado. Ou seja, com a falta de professores efetivos, surge a necessidade de contratar professores temporários para ministrar as aulas, sendo que estes professores permanecem na universidade por, no máximo, dois anos. E o processo de contratação de professores substitutos foi considerado por 7,31% dos participantes desta pesquisa como algo mal executado, pois, muitas vezes, o contrato de um professor vence e até a seleção de um próximo docente substituto, algumas matérias não são iniciadas por conta da falta de professor.

É claro que, num primeiro olhar, vemos que este problema pode ser solucionado com um melhor planejamento na contratação de professores temporários, de modo que, quando um contrato estiver perto do vencimento, a seleção de novos professores seja realizada. Porém, como a real preocupação é com a qualidade da formação em Serviço Social, sabemos que o mais adequado é a realização de mais concursos para a efetivação de docentes, permitindo que os alunos tenham mais suporte dos professores com dedicação exclusiva à formação, além de poderem exercer o tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que mais discentes também tenham acesso a ele.

Em sequência, o quarto ponto mais citado como frágil na formação está relacionado à biblioteca, a qual os egressos afirmaram ser um espaço pequeno, com poucos livros e os que existem são muito antigos, sendo necessário atualizar principalmente a ala de bibliografias do Serviço Social que não tem a maioria dos livros mais utilizados pela profissão. Ao serem perguntados sobre a classificação que dariam para o acervo bibliográfico do curso de Serviço Social disponível na biblioteca, 19,50% consideraram insuficiente, 65,85% avaliaram como

bom e 14,65% como ótimo. Junto a isto, sugeriram que o horário de funcionamento poderia ser estendido, pois os serviços são encerrados às 21h e não atendem totalmente à demanda dos cursos noturnos.

Logo após, o quadro apresenta que o outro ponto considerado pelos egressos como frágil é referente ao estágio supervisionado, o qual os respondentes afirmaram não acontecer de modo adequado, pois os docentes responsáveis pelas turmas que entram em período de estágio obrigatório não comparecem com frequência ao campo de estágio. As diretrizes da ABEPSS orientam que o estágio supervisionado deve ocorrer com a supervisão do Assistente Social de campo e do Assistente Social docente para que não ocorram falhas no aprendizado do profissional em formação. Porém, para que estas atividades sejam realizadas do modo previsto, é necessário que haja suporte financeiro para que o professor responsável possa fazer a supervisão nas instituições, visto que as turmas da disciplina 'Estágio Supervisionado' são formadas por até quinze alunos e cada um deles, geralmente, realiza o estágio em instituição diferente dos outros.

Junto a isto, os egressos também salientaram que deve haver mais vínculo entre a UFAM e as diferentes instituições de estágio, pois, muitas vezes, não é possível o discente estagiar em um local onde deseja por conta de a inexistência do vínculo com a Universidade não permitir que as horas estagiadas sejam contabilizadas.

Outro ponto considerado frágil durante a formação foi o apoio dado pelo departamento do curso. Os participantes desta pesquisa afirmaram que no início da formação o departamento só funcionava para o curso vespertino e o curso noturno ficava sem suporte, mas reconheceram que tal situação mudou e melhorou muito quando o atendimento passou a ser disponibilizado também para o curso do período da noite. E ao serem perguntados sobre a classificação que dariam para o apoio administrativo dado pela secretaria do departamento, na mesma escala de notas utilizada anteriormente, onde 0 e 1 significavam insuficiente, 2 e 3 regular ou bom e 4 e 5 muito bom ou ótimo, 12,20% dos egressos consideraram insuficiente, 65,85% avaliaram como bom e 21,95% como ótimo.

Com o mesmo percentual de 2,43%, os egressos consideraram como pontos frágeis da formação o não cumprimento da carga horária das aulas do curso noturno; as greves que sempre têm estado presentes durante a formação das Universidades Federais; a mudança de nove períodos, como era no currículo de 2001, para os oito períodos do currículo atual; e a carga horária de algumas matérias que é diferente de outras.

Em relação à carga horária das aulas noturnas, os egressos afirmaram que elas nem sempre começam às 18 horas e não duram até 21h40min, como previsto, pois a maioria dos

alunos vai direto do trabalho para a Universidade e não chega até 18 horas, fazendo com que os docentes iniciem as aulas com vinte ou trinta minutos de atraso. E a falta de segurança no período noturno também faz com que as aulas sejam encerradas em torno de meia hora antes do previsto para que sejam evitadas situações que ofereçam risco à integridade física de alunos e professores.

Tais percalços atrapalham significativamente o tempo de aproveitamento das aulas e geram falhas na formação. Sobre o tempo de chegada, cabe aos discentes idealizarem maneiras de evitar tais ocorridos, mas a respeito do horário de término das aulas, a universidade precisa rever tanto a segurança do local quanto a definição do horário do transporte público disponível para que tais pontos não sejam impedimentos para a duração das aulas.

No que diz respeito às greves, é sabido que o ensino público brasileiro sofre com a falta de investimento e, principalmente, o ensino superior realizado pelas universidades federais. A educação, um dos direitos básicos do cidadão brasileiro, assim como os demais direitos sociais, vem sendo atingida pela contrarreforma do Estado influenciado pelo sistema capitalista e neoliberal que abre espaço para o mercado lucrar onde o Estado deveria investir. Tais faltas de investimentos do Estado precarizam os direitos sociais e os cidadãos trabalhadores da área da educação e os estudantes, que vivenciam mais de perto as agressões aos direitos, optam pelas paralisações de atividades e manifestações em forma de protesto aos acordos não atendidos pelo governo. A medida a ser tomada para que as greves sejam cessadas é a real ampliação de investimentos do Estado no ensino superior público brasileiro.

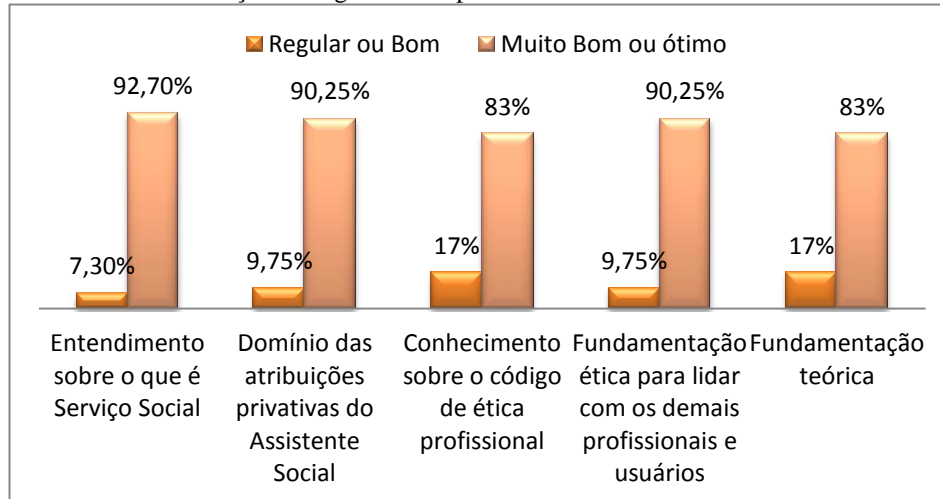
Apesar de a redução de nove períodos para oito ter sido considerada como algo que fragilizou a formação, foi exposto no início que a mudança não alterou o conteúdo do curso, apenas reorganizou a distribuição das matérias para que os semestres fossem mais bem aproveitados.

Em relação aos horários das disciplinas, o percentual representa a opinião de discentes do turno vespertino que afirmaram a existência da má divisão dos tempos para elas. As disciplinas mais densas e cansativas deveriam ter mais tempo de aula e as que possuem conteúdos menos exaustivos, menos tempo, assim, a divisão dos horários de aula seria mais justa.

Os egressos foram convidados a fazer uma autoavaliação sobre os conhecimentos relacionados ao Serviço Social que puderam ser adquiridos a partir da formação. Foram dados os critérios e pedimos para que eles dessem a classificação para seus domínios sobre cada um

deles, onde 0 e 1 significavam insuficiente, 2 e 3 regular ou bom e 4 e 5 muito bom ou ótimo. As respostas serão apresentadas em três gráficos para uma melhor visualização:

Gráfico 1- Autoavaliação dos egressos- 1ª parte



Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015.

Em relação ao conhecimento sobre o Serviço Social, entendimento sobre os objetivos da profissão e as propostas de atuação, a maioria dos egressos considerou possuir um ótimo conhecimento, afirmando que a formação deixa bem explícita estas questões. Os que consideraram possuir um conhecimento regular ou bom afirmaram que existem alguns pontos da profissão que não dominam por falta de maior iniciativa própria por aprofundamento, mas que pretendem buscar tais conhecimentos.

Podemos ver também que a maioria dos entrevistados considera possuir um ótimo domínio sobre as atribuições privativas do Assistente Social, como a execução das entrevistas sociais para avaliação socioeconômica, perícia social, estudos socioeconômicos, etc., sobre indivíduos ou grupos sociais com objetivo de intervir em suas realidades sociais. Porém, os respondentes afirmaram que tais atividades não são bem expostas na formação e o contato com estas atribuições é mais realizado a partir do estágio supervisionado, onde eles tiveram maior experiência sobre a prática profissional. Então, percebemos que o conhecimento que eles avaliaram sobre este critério foi ganho mais a partir do estágio do que a partir da formação feita em sala de aula, o que nos fez entender que as atribuições precisam ser mais abordadas para que as discussões direcionem a atuação do futuro profissional, buscando evitar que o aprendizado da prática se dê sem uma articulação com as bases teóricas e sem que seja

norteado por ‘vícios’ que permeiam a atuação do Assistente Social, como o tecnicismo, ainda presente em muitos espaços de trabalho profissional.

Os egressos que avaliaram seus conhecimentos sobre este quesito como regular ou bom salientaram que em seus campos de estágio não tiveram contato com as diversas atividades que pertencem à atuação do Assistente Social, o que os fez ter uma experiência mais limitada, mas acreditam que, com as futuras práticas, podem ampliar o domínio sobre as atribuições profissionais. Com isto, vemos mais uma vez que o aprendizado, mesmo que parcial, sobre as atribuições privativas do Assistente Social tem sido mais adquirido pelos profissionais em formação durante o estágio, e, quando a área de atuação não proporciona articulação com as diversas atividades pertencentes à profissão, o aprendizado se realiza de forma fragmentada. Por isto, é necessário que a formação contemple estas abordagens e discussões, a fim de permitir cada vez mais a relação entre teoria e prática.

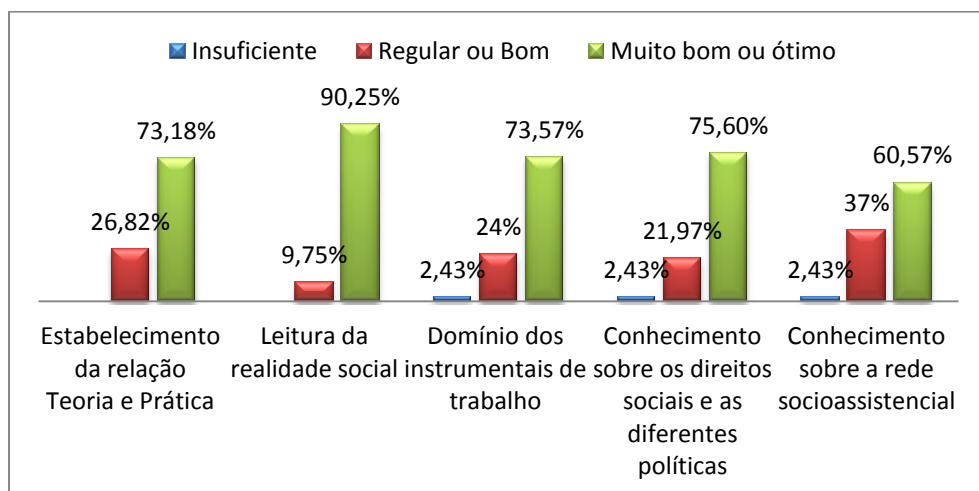
No que diz respeito ao Código de Ética Profissional, podemos ver ainda no gráfico 1 que a maioria considerou possuir ótimo conhecimento sobre os direitos e deveres do Assistente Social e consideraram que este foi bem abordado durante a formação. Porém, os egressos que avaliaram seus conhecimentos sobre o código de ética como regular ou bom afirmaram que não possuem domínio satisfatório por conta da falta de maiores leituras e análises sobre este documento da profissão, mas que sempre que encontram dúvidas recorrem a ele para algum respaldo.

A fundamentação ética para lidar com os outros profissionais dos campos sócio-ocupacionais e com os usuários é totalmente necessária para o perfil profissional dos Assistentes Sociais, visto que o trabalho junto a tais indivíduos será contínuo, e já que este profissional lidará diretamente com os usuários, é importante que a ética esteja, sobretudo, em sua atuação. A respeito disto, a maioria dos egressos considerou como ótima sua conduta ética para atuar junto aos usuários e demais profissionais, e os egressos que consideraram sua conduta como regular ou boa afirmaram que lhes falta mais contato com a prática, com a rotina profissional, por isto creem que têm muito a melhorar neste quesito.

A fundamentação teórica, que permite que os profissionais sejam embasados sobre a teoria e prática profissionais, foi considerada pela maioria dos egressos como ótima, tendo estes afirmado que a partir da formação se sentem aptos para lidar com muitas das demandas profissionais, porém não todas. As abordagens teóricas sobre Política Social, sobre planejamento e gestão de projetos, programas e planos, bem como as demais discussões a respeito das expressões da questão social permitem que seja adquirida uma ótima base para o exercício profissional.

No gráfico 2, vemos que a maioria dos entrevistados considerou saber relacionar muito bem a teoria com a prática, afirmando que, praticamente, todo o conteúdo do curso é aplicável à prática profissional. Porém, os egressos que consideraram seus estabelecimentos da relação teoria e prática do Serviço Social como regular ou bom salientaram que muitos temas dados em sala de aula não são necessários para a profissão, mas também não destacaram quais são estes. E outros também falaram que alguns temas não são abordados na formação, como a atuação no sistema prisional brasileiro, por exemplo, que é um espaço sócio-ocupacional do Assistente Social. Salientaram também que tais faltas de abordagem trouxeram insegurança em alguns momentos do estágio e poderão trazer insegurança para aqueles que trabalharão com as áreas não tão bem abordadas como esta citada.

Gráfico 2 – Autoavaliação dos egressos – 2ª parte



Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015

Pois bem, sabemos que são muitos os temas relacionados ao Serviço Social e, por conta de tal abrangência, é difícil a formação profissional abordar todos eles, mas identificamos a necessidade de trazer mais discussões, mesmo que básicas, sobre a maior quantidade de assuntos possíveis, sobre os vários espaços sócio-ocupacionais, visto que os Assistentes Sociais em formação poderão atuar em instituições das diversas áreas relacionadas à profissão. Em relação aos conteúdos ditos como não tão necessários, consideramos que talvez possa haver um equívoco nas falas, pois a formação profissional em Serviço Social é planejada para que o futuro profissional tenha ampla visão sobre a realidade social, bem como

a história e desenvolvimento da sociedade, trazendo discussões políticas, econômicas e culturais a respeito da sociedade brasileira e de outros países.

Para isto, são exercidas as disciplinas de Filosofia e Teoria do Conhecimento que permitem o ganho de questionamentos e raciocínios coerentes; as disciplinas de Sociologia, Antropologia e Formação histórica, econômica e política do Brasil que proporcionam discussões sobre o homem, sobre a sociedade brasileira e sobre o desenvolvimento social em geral; as disciplinas de Fundamentos Teórico-metodológicos, Política Social, Ética Profissional, Gestão e Planejamento, dentre outras, que permitem o conhecimento sobre a trajetória da profissão, discussões sobre as expressões da questão social e sobre a prática profissional institucionalizada, assim como elaboração e execução de projetos sociais, etc. Estas disciplinas, junto às demais pertencentes à formação, são programadas para permitir ao acadêmico o ganho do perfil profissional solicitado pela profissão e colabora também para um maior desenvolvimento pessoal, como os próprios entrevistados salientaram inicialmente.

Então, se cada disciplina for olhada de modo isolado pode passar a impressão de ser desnecessária, mas a junção de todas elas permite que seja obtida uma formação teórico-prática, a partir de amplos conhecimentos e reflexões, e não somente uma atuação técnica, visto que a complexidade das expressões da questão social demanda uma formação crítica, ampla e propositiva. E são justamente todas estas disciplinas que permitem o ótimo conhecimento sobre a realidade social que a maioria dos egressos entrevistados afirmou ter, como é apresentado no gráfico 2. Os entrevistados que consideraram suas leituras sobre a realidade social como regular ou boa nos apresentaram que possuem dificuldade em considerar a visão da profissão sobre certos temas, como a luta contra a redução da maioridade penal, por exemplo, dentre outros assuntos, então acreditam que precisam rever algumas considerações pessoais.

Durante a atuação profissional, o Assistente Social utiliza técnicas para realizar sua prática. Ao atender um usuário, muitas vezes é necessário fazer uma entrevista social para conhecer sua realidade socioeconômica. Ao realizar um estudo socioeconômico sobre um indivíduo ou grupo social, este profissional precisa fazer visitas domiciliares. Se atuante na área sociojurídica, muitas vezes é solicitado que sejam feitas perícias sociais, etc. Para todas as técnicas de atuação do Assistente Social são utilizados os instrumentais técnicos, como ficha social, relatório social, laudo social, parecer social, dentre outros, que podem ser utilizados de acordo com a necessidade das situações. E estes instrumentais são elaborados e repensados justamente pelas Assistentes Sociais de campo, a partir de todo seu conhecimento, para que estes auxiliem no alcance do objetivo da prática, que direcionem a ‘pesquisa’ sobre

as demandas sociais que se põem para a atuação. Então, é necessário que durante a formação sejam feitas reflexões sobre estes constituintes da prática profissional, a fim de que seja dada uma orientação sobre suas construções.

E a respeito dos instrumentais técnicos do Serviço Social, podemos ver no gráfico 2 que a maioria dos entrevistados considerou possuir um ótimo domínio, mas, ao mesmo tempo, estes salientaram que tais conhecimentos foram adquiridos mais a partir do estágio, porque tiveram poucas abordagens sobre os instrumentais durante a formação, então o primeiro contato e aprendizado foi no campo de exercício da atuação. Os egressos que consideraram seus domínios sobre os instrumentais como regular e insuficiente também afirmaram que não foram contemplados com tais abordagens na formação e, diferente dos outros, não tiveram grandes experiências no campo de estágio, por terem sido áreas em que pouco eram utilizados os instrumentais específicos da profissão.

Diante disto, percebemos que a formação precisa ser revista para abranger tais abordagens que são essenciais e se mostram deficientes. Junto a isto, consideramos a sugestão de alguns egressos para que seja criado um laboratório para o curso, onde os diversos instrumentais sejam expostos, analisados e praticados, podendo ser também reformulados a partir da experiência de cada um no decorrer do curso.

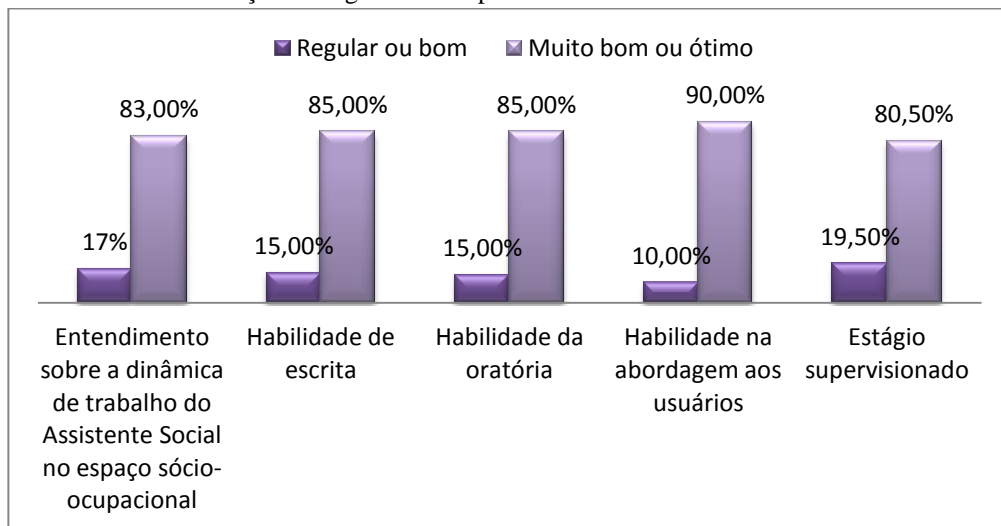
Assim como nos demais critérios em que os egressos fizeram a autoavaliação, a maioria considerou como ótimo seus conhecimentos sobre os direitos sociais, as diferentes políticas sociais e a rede socioassistencial, porém, salientaram novamente que tais conhecimentos foram mais adquiridos a partir do estágio que permitiu, além da experiência na área estagiada, o contato com outras áreas, proporcionando-os o conhecimento sobre grande parte da rede socioassistencial, sobre algumas outras instituições. Quanto às políticas sociais, afirmaram ter mais conhecimento acerca das que são mais abordadas no curso, mas que não têm domínio sobre a política de educação, de habitação, de segurança pública, dentre algumas outras que não são tão bem exploradas na formação.

Os respondentes que consideraram seus conhecimentos sobre os direitos sociais, as diversas políticas sociais e rede socioassistencial como regular ou insuficiente afirmaram que avaliam assim por conta de o campo de estágio não ter proporcionado tanta articulação com as diversas políticas sociais. Então, consideramos que, se tais abordagens são deixadas mais para o estágio supervisionado, a formação pode se tornar limitada. Assim, vemos a necessidade de corrigir estas fragilidades.

O gráfico 3 nos apresenta que mais da metade dos egressos entrevistados considerou conhecer muito bem a dinâmica de trabalho do Assistente Social, considerando todos os

percalços e limitações que são postas pelas instituições. Tais discussões são feitas mais prontamente na formação durante a disciplina Análise Institucional que permite amplas discussões sobre a prática institucionalizada deste profissional e foi citada por alguns respondentes como direcionadora de algumas reflexões durante o estágio. Tanto os que consideraram seu entendimento como ótimo, quanto os que consideraram como regular, afirmaram que a atuação profissional em Serviço Social ainda sofre algumas implicações que limitam a atuação, mas que puderam perceber que cabe ao Assistente Social articular e negociar com as instituições para alcançar a efetivação de sua prática.

Gráfico 3- Autoavaliação dos egressos – 3ª parte



Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015

Em relação à habilidade de escrita, os respondentes que se consideraram muito hábeis salientaram que o curso trabalha muito esta parte no acadêmico, através das provas que são, em sua maioria, discursivas e nas disciplinas de Pesquisa 1, 2 e 3, onde é realizada a trajetória para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – momento em que é construída a monografia. Além disto, aqueles que tiveram oportunidade de fazer iniciação científica, a qual igualmente exige muita escrita, também consideraram ser um ponto de destaque para permitir tal habilidade.

A habilidade da oratória e de abordagem aos usuários, as quais a maioria dos egressos também considerou ter ótimo domínio, foram mais adquiridas através dos seminários em sala de aula e do campo de estágio, onde puderam ter mais abordagens aos usuários do Serviço Social. Os que consideraram possuir um domínio regular acreditam que precisam

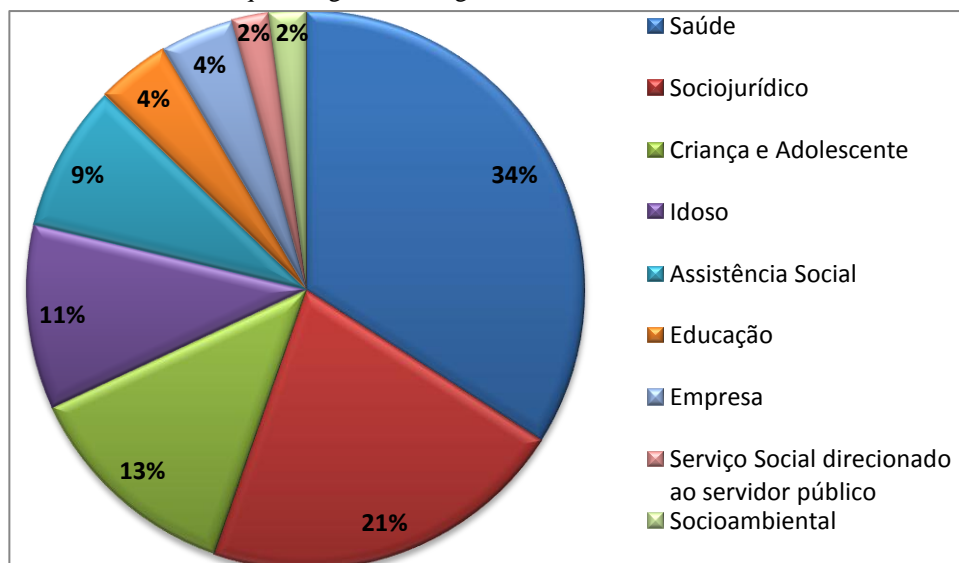
melhorar nesses pontos, pois ainda sentem um pouco de insegurança ao ministrar palestras, seminários e realizar as abordagens no atendimento.

Em relação ao estágio supervisionado, momento em que o discente tem o maior contato com a prática, que pode relacionar mais a rigor toda a teoria com a prática, e que deve ser realizado sob a supervisão do Assistente Social de campo e do Assistente Social docente, a maioria dos egressos considerou ter sido uma ótima experiência. Porém, os que avaliaram como regular, salientaram que a supervisão docente deve ser muito mais frequente, pois deixou a desejar.

Diante das autoavaliações, podemos considerar que a formação proporcionou bons resultados para os egressos, visto que eles consideram possuir um bom perfil profissional, de acordo com suas respostas anteriormente apresentadas. Porém, não podemos esquecer as limitações que foram aqui expostas, que permeiam a formação, devendo ser buscado um meio para que haja correção destas.

O gráfico 4 nos apresenta que as áreas mais estagiadas foram a da saúde e a do sociojurídico, que são as áreas que mais absorvem Assistentes Sociais e nos faz deduzir que, por conta disto, é onde mais há espaço para o estágio supervisionado, nos permitindo entender também o porquê de serem as áreas mais abordadas na formação. Porém, vemos que as áreas da Educação, Socioambiental, Empresa privada e a atuação junto ao Servidor Público, citadas pelos entrevistados como as mais deficientes em discussões, também foram estagiadas e, provavelmente, estes não tiveram embasamento aprofundado desde a sala de aula, como os demais.

Gráfico 4- Áreas em que os egressos estagiaram.



Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015

Ao perguntarmos dos egressos se a formação lhes proporcionou subsídios para o momento do estágio, 32% afirmaram que totalmente, 61% afirmaram que foi parcialmente e 7% consideraram que não. Bom, sabendo que, mesmo com as limitações da formação, a maioria dos respondentes considerou que a formação deu algum suporte para o aprendizado da prática, vemos que esta tem se dado de forma satisfatória. Junto a isto, questionamos os entrevistados se, a partir da formação, eles se sentiam habilitados a atuar em qualquer instituição, de qualquer campo sócio-ocupacional, e 34,15% consideraram que sim, totalmente, 46,34% afirmaram que parcialmente e 19,51% disseram que não.

Dos egressos que consideraram não se sentir habilitados e dos que sentem parcialmente habilitados a atuar em qualquer instituição, 48,15% afirmaram que isto se dá por conta da falta de abordagem sobre os diversos campos sócio-ocupacionais e áreas de atuação, assim como a falta de discussões sobre todas as políticas sociais, as legislações referentes às políticas e à profissão, e os direitos sociais, pois existe a necessidade do conhecimento de todos, porque durante a atuação todos estes se articulam e são utilizados frequentemente. Então vemos que, mesmo sendo uma dificuldade para qualquer formação profissional abordar todos os temas da profissão, em Serviço Social há a necessidade de que todos os assuntos, ou pelo menos a maioria, sejam abordados, pois a atuação não se dá direcionada apenas a uma área definida. Todas as leis, as políticas se articulam no dia a dia profissional.

Dos demais egressos, 7,40% afirmaram que tal insegurança se dá pela falta de abordagem e orientações sobre instrumentais e técnicas do Serviço Social, pois são vários e, mesmo tendo convivido com a prática durante o estágio, não foi possível conhecer todos, então muitos ficaram apenas pelo ‘ouvir falar’. Já 3,70% afirmaram que as políticas sociais precisam ser mais discutidas nas disciplinas gerais e não somente nas disciplinas optativas do curso, onde elas têm sido mais exploradas; 7,40% consideraram que falta abordagem sobre a realidade amazônica, pois se supõe que a atuação dos profissionais formados pela UFAM será realizada nesta região, então nada mais necessário do que estudar as expressões da questão social relacionadas à realidade amazônica.

Entre os entrevistados, 7,40% também afirmaram que o estágio supervisionado realizado em um só campo limita o aprendizado, pois o período de dois anos é muito tempo para ficar só em uma instituição e poderia ser permitido estagiar em várias para que fosse possível articular as diversas áreas. Porém, o estágio obrigatório é orientado que seja exercido em, no máximo, duas instituições porque se houver a transição do discente em várias instituições, ao invés de ter análises mais aprofundadas sobre a atuação em determinada área,

poderá ocorrer de ser adquirido um conhecimento muito superficial da prática. Além disto, compromete a construção do TCC que é orientado que seja elaborado a partir de alguma inquietação sentida a partir do estágio, para que a pesquisa seja realizada sem muitas dificuldades e desgaste.

Ainda falando sobre as causas que permitem um pouco da insegurança em atuar em qualquer espaço sócio-ocupacional, 3,70% afirmaram que faltam as discussões sobre área socioambiental, o que os deixa bem inseguros se for para atuar nesta área. Na mesma porcentagem, foi afirmado que durante as matérias optativas, onde as políticas sociais são mais abordadas, não se tem a discussão sobre a prática profissional de cada uma, e a disciplina é ministrada mais voltada para a história e a legislação. Então, é preciso trazer mais reflexões e atividades articuladas à prática. No mais, 22,25% dos egressos que se consideraram parcialmente ou não habilitados a atuar em qualquer área não especificaram o motivo.

Para averiguarmos os reflexos da formação profissional na inserção dos egressos no mercado de trabalho, fizemos alguns questionamentos sobre a trajetória profissional de cada um deles. E ao nos responderem sobre a atuação na área do Serviço Social, 80% afirmaram não estar atuando e 20% disseram que estão trabalhando como Assistente Social. Dos egressos que estão atuando, 37,5% estão na área da saúde, 12,5% na área do idoso, 12,5% estão atuando como Assistente Social pesquisador em um grupo de pesquisa da UFAM, 12,5% estão atuando na área da educação - na avaliação e concessão de bolsas de estudo, 12,5% na área sociojurídica - atuando em uma delegacia, e 12,5% com gestão e planejamento de projetos sociais.

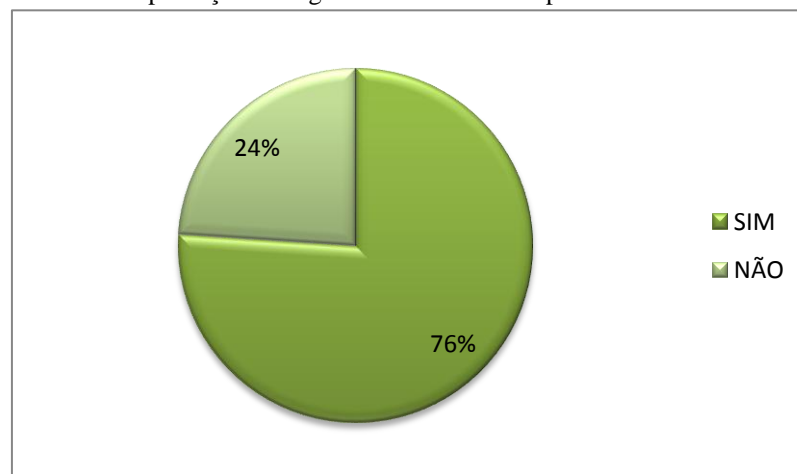
Dos egressos que estão atuando na área, 37,5% ingressaram através de processo seletivo na instituição em que trabalham, 37,5% adentraram por meio de indicação, 12,5% foram através de concurso público e 12,5% não responderam. E ao serem perguntados se a formação que receberam lhes deu subsídio para estarem atuando, 62,5% afirmaram que sim, totalmente, 25% disseram que parcialmente e 12,5% consideraram que não. Os que consideraram como parcial ou inexistente o suporte que a formação dá para seus exercícios profissionais afirmaram que a limitação está presente na falta de maiores abordagens sobre as diversas legislações e políticas sociais e também salientaram que a formação em Serviço Social da UFAM está um pouco mais direcionada para a carreira acadêmica do que para o mercado de trabalho.

Como vimos anteriormente, 80% dos egressos não estão atuando como Assistente Social, então foram questionados se existem limitações na formação que não os permitem

estar atuando e, se sim, quais são estas. Destes, 88% afirmaram que a limitação não tem a ver com a formação, mas sim com o mercado de trabalho que está muito reduzido para todas as profissões; 12% consideraram que na formação faltam direcionamentos para os concursos, que é o meio por onde os Assistentes Sociais são mais absorvidos. Então, dos egressos que não estão atuando como Assistentes Sociais, 37% estão atuando em outra área e 63% não estão trabalhando. As ocupações dos que estão trabalhando em outra área são de coordenador escolar, bibliotecário escolar, cerimonialista, policial militar, assistente administrativo, auxiliar de faturamento, professor de língua portuguesa, pastor e assistente de recursos humanos. Todos estes já trabalhavam nas respectivas áreas antes de adentrar ao curso de Serviço Social. Os outros estão trabalhando como assessor técnico em sede do governo, pois foi convidado a trabalhar após o término do estágio, e como pesquisadores em grupos de pesquisa da universidade. Os egressos que não estão atuando como Assistente Social, nem atuando em outra área, afirmaram que preferem se preparar para concursos públicos e seleções de mestrado.

Em relação aos concursos públicos, 97% dos egressos afirmaram estar participando desde que formaram e 3% não estão. O gráfico a seguir apresenta o percentual dos egressos que já tiveram aprovação em algum concurso público e os que não tiveram.

Gráfico 5- Aprovação dos egressos em concursos públicos



Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015

Muitos egressos foram aprovados em mais de um concurso, fazendo com que suas aprovações sejam apresentadas em percentual que ultrapassa os 100%. Então, identificamos que 99% foram aprovados em concursos da área da saúde, na Secretaria Municipal de Saúde

(SEMSA), na Superintendência de Saúde do Amazonas (SUSAM) e no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV). Dentre as demais aprovações, 26% foram na área da Educação, na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC); 26% na área sociojurídica, no Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); 13% na área da Assistência Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH); 3% na área do Idoso, na Fundação Doutor Thomas (FDT); 3% no Corpo de Bombeiros; 3% na Marinha do Brasil; 3% na Prefeitura do município de Iranduba; 3% na Prefeitura do município de Presidente Figueiredo; 3% na Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); 3% na Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, antiga secretaria de Processamentos de Dados do Amazonas (PRODAM); 3% no Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) e 3% na Secretaria Estadual de Cultura do Amazonas (SEC-AM).

Os egressos foram perguntados se consideravam que a formação forneceu capacitação adequada para que eles tivessem condições de concorrer em concursos públicos e ter condições de serem aprovados. Em relação a isto, 34% afirmaram que sim, totalmente. Já 49% consideraram que parcialmente, 12% disseram que não, e 5% não responderam. Dos egressos que consideraram que a formação não os habilita ou habilita parcialmente para concorrer em concursos públicos, 66% afirmaram que isto se dá por conta da falta de maiores abordagens sobre as diversas políticas sociais e as distintas legislações sociais que são muito cobradas em concursos públicos. Os 30% expuseram que a formação é muito reflexiva e consideram isto ótimo, porém os concursos são mais objetivos e, com isto, vão até um pouco de encontro ao perfil reflexivo que é pedido e trabalhado na profissão, o que se relaciona também aos outros 4% dos egressos que asseveraram que os concursos públicos nem sempre são coerentes com a profissão, por isto a dificuldade de aprovação.

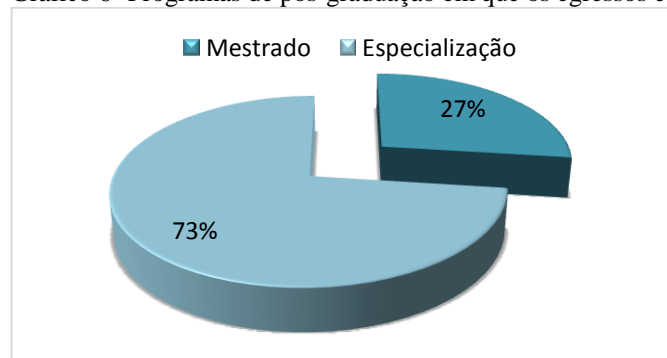
Diante das limitações que os entrevistados garantiram existir na formação, perguntamos como que eles fizeram para enfrentá-las e melhorar as possibilidades de aprovação em concursos público, então, 59% afirmaram que estudaram em casa, 19% fizeram cursinho preparatório, 17% estudaram em casa e fizeram cursinho preparatório e 5% não responderam.

Assim, vemos que a busca na inserção do mercado de trabalho tem sido dificultada por duas questões. A maior delas é a de que o mercado de trabalho se encontra reduzido e tem solicitado poucos profissionais, sendo este o maior percalço considerado pelos entrevistados, porém as poucas abordagens sobre os temas mais específicos da profissão e legislações também têm aparecido como dificuldade para alguns egressos, pois nas seleções de concursos públicos a parte ‘técnica’ é mais solicitada. Mas sabemos que a atuação profissional em

Serviço Social vai muito além de conhecimentos técnicos e o foco da formação não deve ser apenas esse. No entanto, a articulação das abordagens mais técnicas foi apresentada como falha. Então, consideramos que junto a todas as abordagens do curso, é necessário que estas discussões consideradas não tão presentes sejam mais abordadas a fim de permitir o maior embasamento para a inserção dos profissionais no mercado de trabalho, visto que é na prática institucionalizada que o Serviço Social tem mais alcançado seus objetivos, e também articulando cada vez mais a teoria com a prática.

Durante esta pesquisa, também nos coube averiguar como tem sido a trajetória dos egressos na inserção na pós-graduação e, em relação a isto, 58,56% afirmaram que estão cursando pós-graduação, 36,58% não estão, 2,43% iniciaram, mas desistiram e 2,43% já concluíram. Dos que estão cursando pós-graduação, os programas alcançados até agora por eles são:

Gráfico 6- Programas de pós-graduação em que os egressos estão inseridos



Fonte: Pesquisa de campo 2014/2015

Como podemos ver, a maioria está cursando especialização e, destes, 47,36% são na área da saúde, nos cursos de Gestão em Serviço Social e saúde pública, e Residência multiprofissional em saúde; 31,60% estão na área da família, no curso de Políticas em Família e enfrentamento à violência intrafamiliar; 5,26% em Executivo e liderança empresarial; 5,26% em Leitura e Produção de Texto; 5,26% em Gestão e Orientação educacional; 5,26% em Tratamento e recuperação da dependência química. Sendo estes cursados em instituição privada, exceto a Residência Multiprofissional que é realizada pela UFAM junto ao Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV). Dos que estão cursando Mestrado, 71,42% cursam Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, realizado pela UFAM; 14,29%

estão fazendo Mestrado em Sociologia, também na UFAM; e 14,29% estão cursando Mestrado em Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Perguntamos dos egressos sobre suas inserções em outros cursos de graduação e 85,36% disseram que não fizeram outro curso de formação superior; 7,31% já fizeram, antes de cursar Serviço Social; 4,90% iniciaram, mas desistiram; 2,43% estão fazendo outro curso de graduação. Os que já possuíam formação superior antes de adentrar ao Serviço Social eram nas áreas de Letras, Administração e Publicidade e Propaganda. Os que iniciaram, mas desistiram, cursavam Engenharia de Pesca, mas não se identificaram com o curso, e os que ainda estão cursando, estão no curso de Administração e iniciaram após a conclusão da formação em Serviço Social.

Os entrevistados foram questionados se consideravam que a formação em Serviço Social que receberam pela UFAM os motivou a continuar estudando após a conclusão do curso e 80,48% afirmaram que sim, totalmente; 12,19% disseram que parcialmente; 4,90% falaram que não e 2,43% não responderam. Os que consideraram que a formação não os estimulou a continuar estudando, também salientaram que desejariam fazer uma especialização pela UFAM, mas falta variedade nos cursos de especialização e os que têm sido oferecidos não os interessam.

Ao falarem sobre os motivos que os levaram a buscar cursos de pós-graduação, os egressos deram mais de um motivo, os quais serão apresentados ultrapassando os 100%. Assim, 84,61% dos entrevistados que estão inseridos nestes programas afirmaram que foi por conta de quererem mais conhecimentos e especialização profissional; 38,46% disseram que buscam qualificação para o mercado de trabalho; 3,84% afirmaram que desejam continuar estudando para aprimorar a pesquisa sobre um tema identificado quando fazia iniciação científica; 3,84% não responderam.

Sobre a trajetória de inserção nos programas de pós-graduação, podemos ver que a maioria dos egressos tem buscado alcançá-los tanto para ter mais capacitação para concorrer às vagas do mercado de trabalho quanto para lapidar os conhecimentos relacionados ao Serviço Social. Através de suas falas foi possível identificar que as abordagens realizadas sobre as diversas áreas da profissão os estimularam a procurar especialização para aprofundar o conhecimento e subsidiar as futuras intervenções sobre as expressões da questão social. Assim, nos é permitido afirmar que a formação em Serviço Social da UFAM tem estimulado os egressos a buscarem o ingresso na pós-graduação e tem fornecido subsídios para que avancem na trajetória de aprimoramento profissional.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma avaliação sobre a formação profissional permite que sejam analisadas as diversas faces que ela possui, proporciona amplos conhecimentos sobre as potencialidades e as limitações que são pertinentes a ela e possibilita a visualização de melhorias. Assim, a formação profissional em Serviço Social precisa sempre passar por análises para que seja verificado se a mesma permite que sejam alcançados os objetivos da profissão. E foi com o intuito de avaliar os resultados da formação profissional em Serviço Social realizada pela UFAM que propusemos a pesquisa aqui apresentada.

Nesta pesquisa conseguimos alcançar os três objetivos propostos. O primeiro que era o de identificar, a partir da fala dos egressos do currículo de 2009, as potencialidades e as limitações presentes no curso, sendo apontado como potencialidade a qualidade do arcabouço teórico que permite o ganho da perspectiva crítica, a qualificação e comprometimento do corpo docente, as possibilidades de participar de pesquisa e extensão, dentre outras. E como fragilidades foram apontadas a infraestrutura da Universidade, mais especificamente do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UFAM – onde fica localizado o curso de Serviço Social, a pouca quantidade de professores efetivos, as poucas oportunidades para pesquisa e extensão, dentre outras.

O segundo objetivo que era o de verificar os reflexos da formação profissional na inserção dos egressos do mercado de trabalho, o qual foi alcançado quando tomamos conhecimento sobre 20% dos egressos que estão atuando como Assistente Social e os 80% que afirmaram não estar trabalhando na área, sendo falado por 88% dos que não estão trabalhando que a limitação para que eles se insiram no mercado de trabalho não está na formação, mas sim nas poucas vagas que o mercado disponibiliza e os outros 12% que não estão trabalhando afirmaram que a limitação está na falta de direcionamento da profissão para o mercado de trabalho. Junto a isto, também nos foi afirmado por 62,5% dos egressos que estão trabalhando que a formação subsidia totalmente suas atuações, 25% afirmaram que a formação subsidia parcialmente e 12,5% afirmaram que não houve subsídio para a área em que estão atuando. Também foi possível identificarmos que 97% dos egressos entrevistados foram aprovados nos concursos públicos que já concorreram (embora a grande maioria não tenha sido classificada dentro do número de vagas ofertado) e 3% não.

O terceiro objetivo, que era o de averiguar se a formação oferecida tem potencializado a busca e o ingresso dos egressos em atividades de aperfeiçoamento profissional e/ou programas de pós-graduação, foi atingido no momento em que identificamos

que 73% estão inseridos em programas de especialização e 27% no mestrado, sendo afirmado por 80,48% dos entrevistados que a formação os motivou totalmente a continuar estudando, 12,19% afirmaram que os motivou parcialmente, 4,90% disseram que não e 2,43% não responderam. Destacando que os que afirmaram que a formação não os motivou a continuar estudando fizeram esta consideração pelo fato de quererem fazer uma especialização pela universidade, mas a área que desejam estudar não tem sido disponibilizada.

Assim, com a análise dos dados desta pesquisa pudemos concordar com Silva (1995) quando diz que uma formação bem-sucedida não depende apenas de um bom projeto de formação profissional. Existem, segundo a autora, limites que são impostos para a formação, impedindo que o processo seja realizado com total sucesso.

O primeiro limite citado pela referida autora se encontra na formação do assistente social docente que recebe limites impostos pela própria profissão como também limites pedagógicos, sendo estes últimos não mais tão presentes na realidade dos docentes, pois os mesmos têm, cada vez mais, buscado e alcançado a pós-graduação. E em relação aos docentes do curso de Serviço Social, no que diz respeito às suas qualificações não foram apontadas limitações, a fragilidade em relação a eles está na falta de disponibilidade para propor atividades de pesquisa e extensão, por conta das demais atribuições da instituição, o que também se caracteriza como limite institucional.

Outro limite referido pela autora se encontra situado no corpo discente e está relacionado às falhas dos ensinos básico e médio e também ao pouco tempo que os alunos disponibilizam para estudar, já que muitos têm de trabalhar. Com isto, a autora destaca que os alunos criticam, muitas vezes, a formação, mas ao mesmo tempo não estão preparados para assumir compromisso com uma formação que lhes exija mais dedicação. E este também pode ser identificado quando alguns egressos afirmaram que não puderam se envolver mais com as atividades do curso por conta de trabalhar, etc.

O terceiro limite da formação, e talvez o maior de todos, está relacionado à falta de autonomia que as instituições de ensino, principalmente as públicas, têm por estarem ligadas ao Estado e seus quadros políticos, podendo ser acrescentado, também, a falta de investimento por parte dos governos nas universidades públicas, o que agrava as limitações da formação, sendo esta fragilidade também identificada na fala dos egressos que afirmaram que a universidade precisa de mais investimentos em sua estrutura, nos programas de pesquisa e extensão, no aumento do corpo docente, etc.

É possível, então, perceber que há vários fatores que impedem o bom desenvolvimento de uma formação profissional, e torna-se necessário o conhecimento destes fatores para que os corpos docente e discente procurem superar estas barreiras impostas para a formação, em busca de maiores sucessos. Mas, além disto, que seja possível a universidade repensar as implicações que fragilizam a formação e idealize meios de repará-las.

Então, com a pesquisa realizada, foi possível alcançar, além dos objetivos propostos, o conhecimento sobre a trajetória acadêmica e profissional dos egressos; identificar que os maiores problemas são oriundos da falta de investimento do governo nas universidades federais, podendo ser salientado que o REUNI – plano pelo qual foi criado o currículo de 2009 do curso de Serviço Social da UFAM – teve os objetivos de criar cursos noturnos, aumentar o número de vagas, etc., alcançados, mas não ofereceu os necessários suportes financeiro, estrutural e acadêmico para que a formação seja realizada da maneira pretendida. Aqui também pode ser verificado o quanto o curso de Serviço Social da UFAM já se desenvolveu e o quanto precisa melhorar para continuar permitindo a obtenção do perfil profissional solicitado pela profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pela minha família e pelas oportunidades de crescimento acadêmico que me foram permitidas.

Aos meus pais, Miriã e Juscelino, por sempre me incentivarem a estudar e me aconselharem a nunca desistir dos meus sonhos e objetivos.

À professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade que auxiliou significativamente meu desenvolvimento acadêmico, me proporcionou grandes aprendizados, sempre buscando entender meus momentos de limitações e me incentivando a superá-los. Fazendo também com que, a partir dos conhecimentos que adquiri durante esta pesquisa, eu possa visualizar grandes chances de desenvolvimento profissional.

Também sou grata aos egressos que aceitaram participar desta pesquisa, mesmo diante de suas faltas de tempo.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 12 mai. 2015.
- CISLAGHI, J. F. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: os impactos das mais recentes propostas do governo Lula. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 105, p. 241- 266, abr./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200004. Acesso em: 22 abr. 2015.
- FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 1994.
- GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. 2000. Disponível em: www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf. Acesso em: 09 jun. 2015.
- IAMAMOTO, M. V. *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo*. In: MOTA, E. et al. (org). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 161-196.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10. Ed. São Paulo. Cortez, 2006.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no serviço social*. 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2002.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 18. Ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.
- MARTINS, L. M. *Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade*. Universidade Estadual Paulista. 2014. Disponível em: http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/07_03_2014_218/2_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em: 05 jun. 2015
- MENEZES, V. B. *Formação e atuação profissional: uma relação indissociável*. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2006.
- MONTANÕ, C. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a ‘especificidade’ e sua reprodução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, J. P. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social*. IN: MOTA, E. [et al.], (org). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. P. 141- 160.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, I. B.; SUSSEKIND, M. L. *Currículos e democracia*. In: SANTOS, E. (Org.) *Currículos – Teorias e Prática*. Rio de Janeiro: LTC. 2012. P. 105-119.

OLIVEIRA, S. E. B. de. *Conhecimento e prática profissional: o saber dos assistentes sociais em Manaus*. Manaus: Edua, 2009.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, C. M.; NORONHA, K. *O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social- uma Perspectiva Crítica*. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.) *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. 4. ed. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2013, p. 47-63.

SANTOS, C. M. *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006

SANTOS, C. M. dos; PINI, F. A. *Transversalidade do ensino da prática*. *Temporalis*. Brasília (DF). P. 133- 153. Nº 25. Jan/jun 2013.

SANTOS, E. ; WEBER, A. A. N. R. *Articulação de saberes no currículo escolar*. In: SANTOS, E. (Org.) *Currículos - Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: LTC. 2012. P. 63-82.

SÁ, J. L. M. de. *Conhecimento e Currículo em serviço social: análise das contradições (1936-1975)*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, O. S. e. - *Formação profissional do assistente social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995

_____. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. P. M. *Da formação acadêmica ao exercício profissional: A construção discursiva do Assistente Social*. 1995. 343 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1995.

SILVA, M. P. M.; VALLINA, K. A. L. *O assistente social e as mudanças no mundo do trabalho*. Manaus: Edua, 2005.

SILVA, T. T. da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 1. ed. 4 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SWENSON, G. X. *REUNI e qualidade do ensino: do encanto da proposta à realidade de sua implantação no instituto de ciências humanas e letras da ufam*. 2012. 87 f. Relatório final de iniciação científica (Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus-Amazonas, 2012.

UFAM. Projeto Pedagógico e Regulamentação: Serviço Social. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ANEXOS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM

Pesquisador: Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 28637814.2.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 640.504

Data da Relatoria: 07/05/2014



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 640.504

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 08 de Maio de 2014

Assinador por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

(a ser preenchido pela pesquisadora)

Pesquisa: **Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM** (a ser aplicado aos egressos)

Formulário de Pesquisa nº _____

Local de Aplicação da Pesquisa: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Sexo: () Feminino () Masculino

1.3 Idade: () 20 a 22 anos () 29 a 31 anos () 38 a 40 anos
 () 23 a 25 anos () 32 a 34 anos () 41 a 43 anos
 () 26 a 28 anos () 35 a 37 anos () 44 anos ou mais: _____

1.4 Ano de ingresso na UFAM: () 2009 () 2010 () Anos anteriores: _____

1.5 Ano de colação de grau: () 2013 () 2014

2. PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO RECEBIDA

2.1 Ao olhar para a formação que você recebeu na UFAM, o que você considera mais positivo?

2.2 Ao olhar para a formação que você recebeu na UFAM, o que você considera mais frágil?

2.3 Como você avalia o Curso de Serviço Social da UFAM, com base nos seguintes itens?

CRITÉRIOS	0	1	2	3	4	5
Qualificação dos professores efetivos						
Qualificação dos professores substitutos						
Qualidade das aulas						
Recursos didático-pedagógicos						
Atendimento ao aluno (extraclasse pelos professores)						
Oportunidades para pesquisa (projetos, PIBIC, PIBITI...)						
Oportunidades para extensão (projetos, PIBEX, PACE...)						
Estrutura das salas de aula						
Estrutura das salas dos professores						
Estrutura do ICHL (banheiros, cantina...)						
Material bibliográfico disponível para acesso na biblioteca						
Apoio administrativo (Secretaria do Departamento)						

2.4 Como você se avalia e, por consequência, avalia a formação que você recebeu, a partir dos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	0	1	2	3	4	5
-----------	---	---	---	---	---	---

Entendimento sobre o que é Serviço Social						
Domínio das atribuições privativas do assistente social						
Conhecimento do Código de Ética Profissional						
Fundamentação ética para lidar com os demais profissionais e com os usuários						
Fundamentação teórica						
Estabelecimento da relação teoria e prática						
Leitura da realidade social						
Domínio dos instrumentais de trabalho do assistente social						
Conhecimento sobre os direitos sociais e as diferentes políticas sociais						
Conhecimento sobre a rede socioassistencial						
Entendimento sobre a dinâmica de trabalho do assistente social no espaço institucional						
Habilidade de escrita						
Habilidade da oratória (condução de palestras, orientações...)						
Habilidade na abordagem aos usuários						
Estágio Supervisionado						

2.5 Em que área você estagiou?

- () Saúde () Assistência Social () Previdência Social () Idoso
 () Criança e Adolescente () Sociojurídico () Sistema Penitenciário
 () Outros: _____

2.6 A formação recebida te deu subsídios para atuar nessa área?

- () Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

2.7 A partir da formação que você recebeu, você se sente habilitado a atuar em qualquer instituição, de qualquer campo sócio-ocupacional?

- () Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

2.8 Caso a resposta anterior seja negativa, indique as principais limitações que você sente em relação à formação recebida?

3. TRAJETÓRIA ACADÊMICA

3.1 Você cursou ou está cursando algum curso de pós-graduação?

- () Não () Sim, mas desisti () Sim, ainda estou cursando () Sim, conclui.

3.2 Caso a resposta anterior seja positiva, qual curso?

- () Especialização: _____
 () Mestrado: _____

3.3 Você fez ou está fazendo algum outro curso de formação?

- () Não () Sim, mas desisti () Sim, ainda estou cursando () Sim, conclui.

3.4 Caso a resposta anterior seja positiva, qual curso? _____

3.5 A formação recebida na UFAM o(a) motivou a continuar estudando após a conclusão do curso de graduação?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

3.6 O que te levou a buscar um curso de pós-graduação? () Não se aplica

4. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

4.1 Você está trabalhando como assistente social?

() Não () Sim. Onde? _____

4.2 Como você ingressou nessa instituição?

() Concurso Público () Processo Seletivo () Indicação

() Outros: _____

4.3 A formação recebida te deu subsídios para atuar nessa área?

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

4.4 Caso a resposta anterior seja negativa, indique as principais limitações que você sente em relação à formação recebida?

4.5 Caso não esteja atuando como assistente social, você está trabalhando em outra área?

() Não () Sim. Qual? _____

Por quê? _____

5. PARTICIPAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS

5.1 Você tem participado de concursos públicos e/ou processos seletivos?

() Sim () Não

5.2 Você já obteve aprovação em algum concurso público?

() Não () Sim. Qual? _____

5.3 A partir dos concursos em que participou, você pode dizer que a formação recebida no Curso de Serviço Social te deu capacitação adequada para concorrer e ter condições de ser aprovado(a)? () Não se aplica

() Sim, totalmente () Sim, parcialmente () Não

5.4 Caso não se sinta totalmente habilitado para concorrer em concursos públicos, indique as principais dificuldades que você sentiu? Em quais temas sentiu que a formação foi mais frágil?

5.5 Como você fez para enfrentar as dificuldades da formação?

() Estudei em casa () Fiz cursinho preparatório () Outros: _____



UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa “**Currículo de Serviço Social em foco: análise e monitoramento da formação profissional na UFAM**”, sob a responsabilidade da Pesquisadora Responsável Professora Doutora Roberta Ferreira Coelho de Andrade, a qual tem como objetivo geral: analisar o currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, a fim de subsidiar a construção, a implantação e o monitoramento de um novo projeto pedagógico do curso, que favoreça a melhoria da qualidade da formação profissional em Serviço Social. Os objetivos específicos são: contrastar a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS e o atual currículo de Serviço Social da UFAM; avaliar os limites da formação oferecida pelo curso de Serviço Social da UFAM; suscitar a autoavaliação dos professores acerca da condução das disciplinas; construir espaços pedagógicos de aprofundamento sobre currículo e trabalho profissional.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da concessão de uma entrevista, para que o(a) senhor possa avaliar a formação oferecida pelo curso de Serviço Social da UFAM. O(a) senhor(a) foi escolhido por estar inserido nesse processo de formação profissional e poderá oferecer importante contribuição na análise que pretendemos fazer. O(a) senhor(a) tem todo o direito de não responder a qualquer pergunta que for feita, caso não queira ou não se sinta à vontade. Além disso, é livre para permitir ou não que a entrevista seja gravada.

Os riscos decorrentes de sua participação nessa pesquisa podem ser: desconforto ou constrangimento em algum momento da pesquisa, sendo que trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados ou, caso aconteçam, a pesquisadora se compromete em ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo para que o curso de Serviço Social tenha elementos que favoreçam a melhoria da qualidade da formação profissional em Serviço Social ofertada pela UFAM.

Se depois de consentir em sua participação o(a) senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo telefone 3305-4578 ou pessoalmente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, situado à Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroadou ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

 Assinatura do participante

 Assinatura do Pesquisador Responsável